

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2014

Aos 18 dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício Comunitário do Posto Santo em Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha, respetivamente 1º e 2º secretários.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges • Anabela Pontes de Melo Dutra • Anastácia Maria Escórcio Fins • António dos Reis Ribeiro Borba • António Gonçalves Toste Parreira • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Carlos Manuel Pereira Martins • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • João Luís Sanchez dos Santos • José Eduardo Vieira Pimentel • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Péricles Pereira Ortins • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

António Félix Flores Rodrigues • Maria da Graça Amaral da Silveira • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Deputados municipais independentes:

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • António Lima Cardoso Ventura • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Guido de Luna da Silva Teles • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 24 de abril de 2014 foi aprovada com 35 votos a favor e 2 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Oferta à Mesa da Assembleia de uma publicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses «Ser autarca, missão e desafios» de Sidónio Pardal e José Poças Esteves.**
- **Uma publicação relativa à comemoração dos 30 anos da Associação dos Municípios Portugueses.**
- **Atas e Minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.**

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

(Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente.)

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Rui Lopes: – Cumprimento o senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados.

É com muita honra que a freguesia do Posto Santo recebe esta Assembleia Municipal e quero convidar-vos a para um beberete no final desta reunião.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Agradeço a boa receção que estamos a ter aqui na freguesia do Posto Santo, a minha freguesia natal que me é muito querida.

Gostaria de começar este período de Antes da Ordem do Dia por felicitar a Câmara Municipal pela forma rápida como conseguiu melhorar o exterior de certos edifícios como o Teatro Angrense ou a piscina do pavilhão municipal, pelo menos a tempo das nossas festas, para não ferir os olhos de quem nos visita e de quem cá vive todos os dias. Esperamos que possam ser concretizados outros projetos de maior monta previstos, pelo menos para o Teatro Angrense, e não se fique apenas pela pintura da fachada ou por pequenos arranjos.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara o que se passa com os semáforos da Guarita junto aos bombeiros, porque, fruto das alterações de trânsito introduzidas na praça Almeida Garrett, os mesmos encontram-se intermitentes há sensivelmente 3 semanas. Penso que esta situação precisa de ser regularizada com alguma urgência, porque já presenciei situações de quase acidente naquele local devido à fraca visibilidade de quem entra na rua da Guarita proveniente da praça.

Pergunto-lhe ainda se o senhor tem conhecimento de algumas diligências que estejam a ser tomadas com vista à resolução do problema de abandono do hotel dos franceses na Serretinha e lamento que a questão da loja de compra e venda de ouro existente na rua de S. João não seja resolvida tão rapidamente como aconteceu com a remoção dos ditos *outdoors* em que, ainda eu não tinha acabado de falar e eles já lá não estavam.

Se, durante as Sanjoaninas, podemos arregalar os olhos e admirar o cor-de-rosa bebé do Teatro Angrense, teremos que os fechar ou virar a cara para não nos entristecermos com a decoração de péssimo gosto daquela loja numa rua tão importante para a festa como é a rua de S. João que agora até tem um papelinho colado na porta a informar que estão encerrados para férias.

Na sequência de uma discussão que tivemos na última reunião da Assembleia Municipal, relativamente a uma proposta sobre a situação social, económica e financeira no concelho, pergunto ainda ao senhor presidente da Câmara se já possui alguns dados relativos ao número de desempregados e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Angra do Heroísmo.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara, os senhores deputados municipais e saúdo também o senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo que hoje nos acolhe.

Ao visitar as obras da famosa escola de Santa Bárbara, a sensação que dá é que a mesma está enterrada. Gostaria de saber se a escola ficará à mesma quota do pavilhão, se estava assim prevista em projeto ou se, afinal, as quotas foram mal medidas.

A Casa do Chá do jardim é feita em alumínio. Tem havido imensa celeuma em relação à utilização dos alumínios no centro histórico, foram feitas várias propostas sobre a definição de critérios de utilização daquele material e as pessoas reclamam porque gostariam de o utilizar para evitarem manutenções em estruturas em madeira que lhes saem muito mais caras.

Quanto mais não fosse, por uma questão de moralização e exemplo, parece-me estranho que a estufa do jardim tenha sido reconstruída em alumínio e gostaria de saber qual o critério que levou à utilização desse material.

Sr. presidente da Câmara: – Boa noite senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal. Saúdo também a junta de freguesia do Posto Santo pela reunião que aqui se realiza e agradeço as palavras de boas-vindas do senhor presidente da junta.

Os semáforos da Travessa das Hortas na Guarita estão obsoletos porque estiveram parados durante muitos anos. O equipamento de controlo da sinalização é analógico, com um sistema electromecânico; apresentando grandes falhas, já não corresponde aos padrões atuais e não é possível mantê-lo em funcionamento com fiabilidade. Vão ser adquiridos e instalados novos equipamentos em posições diferentes em ambos os lados da rua e estão a ser feitos alguns testes para vermos se o investimento vale a pena.

A Câmara tem-se empenhado na procura de uma solução para o problema do hotel dos franceses; existem neste momento várias pistas que esperamos conduzam a um bom resultado. Já apareceram pelo menos 2 empresas interessadas, decorrendo conversações que envolvem a empresa proprietária do hotel, os bancos e o Governo Regional e esperamos que surja alguma solução para essa matéria.

No que respeita à má decoração da loja de compra e venda de ouro, se estivesse num espaço público já a teríamos retirado mas, infelizmente, aquilo encontra-se numa propriedade privada. Há um processo de contraordenação. No entanto, apesar do interesse da câmara na sua rápida remoção, a lei permite que as pessoas se defendam através dos mecanismos legais.

Quanto aos dados concretos sobre o desemprego no concelho, terei que dar a mesma resposta que dei na última sessão da Assembleia. A Câmara e eu temos vindo a acompanhar esses dados mas não tenho a liberdade de os divulgar aqui porque são propriedade e da responsabilidade de um serviço do Governo Regional.

De qualquer modo, não me parece que haja qualquer violação de algum segredo se dissermos que temos mais de 4 000 casos de desemprego registados em Angra. Esses dados já foram apresentados publicamente por outras vias e estou apenas a confirmá-lo.

Quanto às cotas da escola de Santa Bárbara, de facto, não são as melhores. A escavação abaixo da quota do pavilhão tem a ver com o saneamento dos solos e com uma questão geotécnica que, entretanto aconteceu, mas a quota de soleira da escola é exatamente a quota de soleira do pavilhão.

O pavilhão e a escola estão implantados numa quota inusitadamente baixa e os 2 edifícios encaixam um no outro. Não se preocupe que não haverá um ressalto entre a escola e o pavilhão e o projeto está a ser executado conforme o concurso. Quanto aos erros que o projeto poderá, ou não, ter, o concorrente assumiu a implantação naquela quota e essa questão diz respeito ao empreiteiro e não à Câmara.

Em resposta à questão da Casa do Chá, o projeto estava a ser executado, os alumínios podem estar naquela posição, o Plano de Pormenor e Salvaguarda já os prevê para alguns tipos de imóveis particulares e a breve trecho ficará também desbloqueado para a generalidade dos particulares.

Apenas os edifícios com importância histórica ou os edifícios de acompanhamento que estão devidamente assinalados no Plano de Pormenor e Salvaguarda manterão a obrigação dos vãos em madeira. A generalidade dos edifícios da cidade poderá ter vãos noutros materiais, embora obedecendo a uma lógica estética devidamente prevista nesse plano. O que a atual Câmara fez foi acabar uma obra que se encontrava encalhada e está pronta a ser utilizada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Faço minhas as palavras de agradecimento ao senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo pelo seu acolhimento.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara me desse algumas explicações relativas ao Parque Tecnológico da ilha Terceira e ao Centro de Biotecnologia dos Açores que foi tema de campanha eleitoral e mereceu as mais violentas críticas na RTP Açores por parte do responsável da instituição, o professor Artur Machado, há exatamente uma semana. Não se trata de uma pessoa qualquer, é um deputado do Partido Socialista que, por coincidência ou não, não está aqui presente hoje. Estas críticas violentas não foram feitas por nenhum partido da oposição mas, sim, por uma pessoa que apoiou o projeto.

Relembro que o Parque Tecnológico da ilha Terceira resultará de uma parceria entre a Câmara Municipal, a Universidade dos Açores e a Câmara do Comércio com financiamento do Governo Regional e tem um histórico: foi prometido pelo Partido Socialista em campanha eleitoral em 24 de setembro de 2008.

Em abril de 2009, José Contente, o então Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos, assegurava que aquele era um projeto para concretizar naquela legislatura. Esse compromisso foi assumido por ocasião de uma visita daquele governante à Universidade dos Açores, nomeadamente aos Centros de Biotecnologia, de Investigação e Tecnologias Agrárias e de Climatologia e Meteorologia daquela Universidade.

A 17 de março de 2010, José Contente declara à Lusa que o Governo Regional pretendia “...fundar um novo pilar da economia regional, baseado no conhecimento e na tecnologia” e que, nesse sentido, a criação do Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores seria central no sistema científico e tecnológico regional.

No dia 6 de junho de 2011, o mesmo Secretário Regional anuncia a instalação da ISOPOR no Parque Tecnológico da Ilha Terceira, como sendo a primeira empresa a fazê-lo e cujo objetivo seria a criação de uma unidade de produção de radioisótopos para a medicina nuclear.

Na mesma ocasião o governante anunciou que o projeto do Parque Tecnológico da Terceira estava concluído e que avançaria em breve, representando um investimento inicial de 200 mil euros na construção das infraestruturas necessárias à instalação de empresas de ponta ligadas à Biotecnologia.

Afirmou ainda: *“Já passou o tempo em que o Governo Regional financiava projetos com efeito de vitrina, ou seja, que fiquem só na estante e não tenham aplicação prática adequada à nossa realidade”*.

A legislatura a que se referia o Secretário Regional José Contente acabou sem que alguma coisa tivesse sido concretizada na Terra-Chã e que tivesse a ver, nem que fosse remotamente, com o Parque Tecnológico da Ilha Terceira.

No dia 15 de julho de 2013, em plena campanha eleitoral, o então candidato e atual presidente da Câmara de Angra, Álamo Meneses, anunciava que o Parque Tecnológico da Ilha Terceira era uma das prioridades da sua candidatura, comprometendo-se a colaborar ativamente na concretização deste projeto anunciado pelo Governo Regional dos Açores.

O senhor presidente, então candidato, chegou mesmo a garantir que a fábrica de produção de radioisótopos, ou se faria na Terra-Chã ou em mais nenhum outro local dos Açores e uma semana depois teve que passar pelo embaraço destas declarações terem sido desmentidas ao ter sido anunciada a mudança da fábrica de radioisótopos para o parque “NONAGON” na Lagoa.

Ainda antes das eleições autárquicas, no dia 19 de setembro de 2013, o novo Governo Regional, através do seu Secretário Victor Fraga, avisava que o Parque Tecnológico da Terceira demoraria a concretizar-se e que o Centro de Biotecnologia dos Açores teria de aguardar mais alguns anos por novas instalações, prometendo, no entanto, a realização de obras nas instalações atuais.

Ficou nessa data um novo compromisso de que as obras de construção do Parque Tecnológico da Ilha Terceira arrancariam em 2015 e disse ainda que, no mês de outubro desse ano, iria lançar os concursos para a elaboração dos projetos para o parque, contradizendo o seu antecessor que, na legislatura anterior, havia garantido que os mesmos já existiam.

Ainda assim, o Secretário Victor Fraga garantiu que o Governo iria criar as condições necessárias para que o Centro de Biotecnologia dos Açores pudesse desenvolver a sua atividade até à conclusão do Parque Tecnológico.

No dia 11 deste mês de junho foi com grande surpresa que se assistiu às declarações que referi, proferidas à RTP Açores pelo professor Artur Machado, deputado municipal do PS que é o responsável máximo pelo Centro de Biotecnologia dos Açores, dizendo: *“O processo do Parque Tecnológico da Terceira é um monumento à estupidez e à ignorância”*.

Passou uma semana sem que estas declarações do deputado municipal do PS tivessem tido qualquer reação ou esclarecimento por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, parceira do Parque Tecnológico, ou por parte do Governo Regional dos Açores.

Dada a gravidade das afirmações proferidas pelo responsável máximo pelo Centro de Biotecnologia dos Açores, gostaria que o senhor presidente me prestasse alguns esclarecimentos:

1 - Existe algum projeto realizado para a construção do Parque Tecnológico da Ilha Terceira conforme foi anunciado em outubro de 2011 pelo então Secretário José Contente? Se existe,

qual a razão para que o atual Secretário Victor Fraga viesse anunciar a realização de um novo projeto para outubro de 2013?

2 - Estão ou não garantidas as condições adequadas de funcionamento do Centro de Biotecnologia dos Açores nas atuais instalações situadas na Terra-Chã nos terrenos do ex-*Campus* da Universidade dos Açores que foram vandalizadas há pouco tempo, levando à destruição de algumas produções de manipulação genética que lá estavam, nomeadamente algumas plantas?

3 - Foram ou não realizadas obras de manutenção e melhoramento das atuais instalações do Centro de Biotecnologia dos Açores?

4 - Para quando se prevê o arranque efetivo das obras de construção do Parque Tecnológico da Ilha Terceira?

5 - Que diligências está a Câmara de Angra a efetuar para que a concretização do Parque Tecnológico da Terceira seja uma realidade e para que o Centro de Biotecnologia dos Açores tenha condições para funcionar com dignidade?

Lamento que não possa pôr essas questões e ouvir alguns comentários ou respostas do responsável do Centro de Biotecnologia dos Açores, o deputado municipal Artur Machado, que hoje, por algum motivo, não pôde estar presente, uma vez que classificou e adjetivou a situação como nenhum deputado da oposição o fez.

Estranha-se que não tenha exigido responsabilidades e não tenha tirado consequências, porque, ao que se sabe, não se demitiu de deputado municipal nem renunciou aos compromissos que assumiu com todos estes projetos. Fez parte de tudo o que foi processo ligado à campanha do Partido Socialista para as autárquicas e aos compromissos que o senhor presidente assumiu a respeito do Parque Tecnológico, acompanhou o Secretário Regional Vítor Fraga em todas as visitas que este realizou ao Centro de Biotecnologia e na altura não levantou qualquer tipo de questão.

Repito que o professor Artur Machado classificou todo aquele processo como um monumento à estupidez e à incompetência, afirmação que obtém a minha concordância, mas são necessárias explicações e devem ser apuradas responsabilidades.

Sr. presidente da Câmara: – Não vou falar de questões que dizem respeito ao Governo porque o senhor, enquanto deputado regional, pode esclarecê-las em sede própria. Também não falarei do que diga respeito ao meu colega e amigo Artur Machado, membro da Assembleia Municipal eleito pelo Partido Socialista. Ele não pôde estar presente mas, com certeza, estará cá noutra sessão e, se o senhor deputado assim o entender, poderá colocar-lhe essas questões.

Vou deixá-lo um pouco mais surpreendido, porque as coisas não têm corrido bem com o projeto no que diz respeito às questões de segurança e ao arranjo do edifício. É verdade que foram feitas obras de emergência depois da tomada de posse desta Câmara e assumido esse compromisso e saíram daquele espaço toneladas de lixo. Removeram-se de lá os módulos metálicos abandonados repletos de todo o género de coisas e foram retiradas centenas de toneladas de materiais ali abandonados.

Infelizmente, ao longo dos últimos 2 anos, o edifício foi objeto de sucessivos atos de vandalismo que levaram à destruição dos materiais que a universidade lá deixou e tudo isso foi resolvido com a intervenção desta Câmara. Fez-se ali uma limpeza global, procedeu-se ao arranjo do corpo do edifício onde se encontra instalado o Centro de Biotecnologia e ainda continua a limpeza e reparação de todos os espaços exteriores no sentido de se recuperar o ajardinamento em torno do edifício.

O edifício em si apresenta sérios problemas no que diz respeito à cobertura, essencialmente feita à base de amianto, que foi objeto de sucessivos roubos ao longo dos últimos 2 anos com gravíssimos problemas de natureza ambiental já que há chapas daquele material dispersas sabe Deus por onde.

Tive a oportunidade de falar com o professor Artur Machado sobre essa matéria antes e depois das declarações que ele proferiu à televisão e era sobre isso que ele se pronunciava com grande exasperação que sentia naquele momento, porque ali aconteceram coisas inconcebíveis num país civilizado.

O edifício foi objeto de um abandono de cerca de 2 anos e meio que levou à destruição de um património valioso, à desvalorização de tudo o que lá estava e à perda de muitos equipamentos, desde que a Universidade dos Açores saiu de lá e todo esse processo merece as palavras proferidas pelo professor Artur Machado.

Na anterior legislatura foi feito um projeto que envolvia a demolição integral daquele edifício e a sua substituição por um conjunto de outros, à semelhança do que está a ser feito na NONAGON em Ponta Delgada.

Segundo o entendimento das diversas pessoas envolvidas, incluindo eu, esse projeto, neste momento, não era bem-vindo; deveria ser repensado e reformulado, porque, com a substituição de tetos e vãos, aquele edifício ainda tem muito para dar com pouco e rápido investimento e é o que está a ser feito.

Há um empenho enorme por parte desta Câmara Municipal para que o projeto avance rapidamente. Nunca abandonámos o processo e dedicámos parte do trabalho do pessoal à limpeza do espaço que se encontrava numa situação indescritível. A primeira vez que lá fui fiquei chocado com o que restava do meu antigo local de trabalho; os corredores estavam juncados de materiais, os antigos laboratórios completamente destruídos, haviam sido arrancadas partes do teto, as portas estavam arrombadas e roubaram todo o cobre que lá havia incluindo os geradores e os quadros elétricos.

Roubaram todos os alumínio em torno do antigo bar e da cantina, materiais novos que estavam prontos a ser utilizados; tudo o que foi recentemente construído foi vandalizado e destruído. Subscrevo as palavras do professor Artur Machado, porque o que aconteceu ali nunca deveria ter acontecido.

A Universidade dos Açores deveria ter entregue o edifício ao Governo Regional imediatamente a seguir à sua saída e o Governo deveria ter diligenciado para o receber. Após a eleição desta Câmara, fez-se tudo para que o Governo Regional assumisse a responsabilidade daquele espaço que continua no estado em que está; as casas à frente têm as vidraças partidas e algumas têm as portas abertas.

As responsabilidades foram assumidas e todos sabemos como é que foi. Foram dados passos importantes mas é preciso continuar esse esforço. Não quero responder pelo Governo nem me cabe fazê-lo mas no que diz respeito à Câmara Municipal tudo foi feito para salvaguardar e melhorar as condições do edifício que hoje em nada se parece com o que se viu em outubro passado.

Em conjunto com o Centro de Biotecnologia estão a ser elaborados projetos no sentido de se recuperar aquela ala com outra segurança. O Governo Regional interveio em colaboração com a Câmara que procedeu à limpeza de todo aquele espaço.

Existe um projeto elaborado na legislatura passada que será realizado quando assim se entender e há um novo projeto que diz respeito à parte do edifício existente porque o projeto anterior envolve o local onde se situa o edifício atual e os terrenos da parte traseira. O

professor Artur Machado, eu e todos os envolvidos, estão empenhados na recuperação do edifício, substituindo coberturas e vãos.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Boa tarde senhor presidente e ilustre Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação. Senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo, obrigado pela sua hospitalidade e pelo futuro beberete que aguardo com alguma ansiedade depois da sessão de trabalho.

Senhor presidente, tenho notado uma diferença de gestão nesta Câmara; desde que o senhor tomou posse, tem tomado decisões pontuais, eficazes e oportunas que merecem a nossa atenção e apreço mas não há bela sem senão e o senhor vai certamente concordar comigo e com aquele célebre artigo das frustrações nas construções de Angra, quando constatamos que deve haver aqui um azar ou uma força maléfica oculta a pairar sobre a atmosfera da Terceira porque, cada vez que tentamos fazer alguma coisa, algo sai torto. É estranho, não é?

Lembremos o caso que foi falado há momentos a respeito da escola de Santa Bárbara e da Universidade dos Açores que abandonou as instalações ao pé de um bairro social quando, ainda por cima, a procura de cobre é uma instituição nacional.

Parece que outro dia morreu um rapaz, por causa de tocar no cobre que não devia ter tocado; para quem é cristão, terá sido um castigo divino. É óbvio que instalações abandonadas podem suscitar cobiça, e o nosso povo infelizmente ainda tem muitos séculos para ser educado e civilizado.

A questão seguinte tem também a ver com obras e confirma-se o que eu estava a prever. A nossa belíssima recuperação da baía de Angra vai ter ao pé de um hotel que, supostamente, será de 5 estrelas, um passeio de belíssimo cimento. Como somos um povo atrasado, o cimento deve ser o suprassumo da construção civil e vamo-nos contentando com isso mas os nossos colegas de S. Miguel ou do Faial é que não vão muito nessa cantiga quando fazem obras.

Espero que o senhor presidente da Câmara nos surpreenda dizendo que está a pensar-se numa solução mais digna para aqueles passeios num futuro próximo...

Sr. presidente da Câmara: – Gostamos muito daquilo; não se preocupe.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Ok! O senhor presidente é o primeiro a dizer que os gostos não se discutem; eu discordo dessa afirmação, porque os gostos discutem-se e não poderei dizer mais nada.

Sr. d. m. João Santos: – Boa noite senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara, colegas deputados municipais.

Como nos encontramos de tempos a tempos e considero que este espaço não deve ser só de crítica, gostaria de reconhecer ao senhor presidente da Câmara a coragem na tomada de algumas decisões, apesar de sabermos que algumas se tenham revelado mais polémicas e outras não tenham granjeado a simpatia inicial das pessoas, nomeadamente as alterações ao trânsito. Os resultados a seu tempo se notarão porque se vai trabalhando e quero congratular-me com a sua posição.

Parece-me que, finalmente, teremos resolvido a curto prazo o problema dos Salgueiros; é preciso muita coragem porque nem todas as medidas são simpáticas e algumas são até polémicas.

Deixo também uma palavra ao senhor presidente da junta de freguesia de S. Sebastião pela posição que tomou e, sobretudo, à determinação que demonstrou. Espero que assim continue a respeito desta e de outras situações que lhe surjam até ao final do seu mandato.

Há muito tempo que não via a freguesia de S. Sebastião tão bem cuidada e limpa visto que, por várias vezes nas redes sociais, fiz referência à Salga que, eventualmente, terá sido a zona mais imunda desta ilha e agora se tornou num espaço agradável e aprazível.

Quero também fazer um reparo à zona de banhos da Serretinha. Há muito tempo que sentíamos saudades de alguém do PSD, uma pessoa que eu prezava muito, o senhor Carlos Pinheiro, que cuidava daquele local como cuidava da sua casa.

Depois do seu lamentável falecimento parece que aquela zona ficou ao abandono mas felicito o senhor presidente da junta de freguesia, porque me parece que voltou prestar-lhe os merecidos cuidados tornando-a num espaço muito agradável.

Sem querer trazer de novo o assunto à discussão, relembro que, se calhar, a solução adotada para a zona de estacionamento em frente ao mercado e à mercearia da Silveira não será a mais adequada e algo mais terá que ser feito; ontem voltou a haver um acidente naquele local e os problemas são constantes. Já não passo por ali tão frequentemente mas não me parece que aquela seja a melhor solução.

À semelhança do que se passou com os Salgueiros, assobiar para o lado e olhar para o ar, colocando lá aqueles sinais de estacionamento temporário, não é a melhor maneira de se resolverem os problemas e recomendo que seja revista a regulação do trânsito naquela zona.

Sr. presidente da Câmara: – Na sequência da pergunta anterior e porque a senhora deputada acabou de me lembrar, o CBA é apenas uma parte da questão e a aula onde antigamente era o CIFOP; as outras estão destinadas a outros fins e estão em curso diversos projetos para o recuperar.

Em relação à questão do cimento, aquela é uma obra da administração portuária e a verdade é que o cimento é o melhor material para caminhadas a pé; está instalado sobre uma muralha em cimento e acho que está bem assim.

No que respeita aos Salgueiros, também felicito o senhor presidente da junta, com o qual temos mantido a melhor das colaborações e absoluto acordo nesta matéria.

Quanto à Silveira e como sou utente diário daquele espaço, é uma irritação tremenda a constante falta de respeito pela sinalização existente; creio que teremos de tomar outras medidas com a colocação de obstáculos físicos que impeçam o estacionamento. O assunto já foi objeto de uma menção em Comissão de Trânsito e está a ser estudado do ponto de vista técnico para sabermos que medidas de natureza física podemos colocar ali, porque já lá foi colocado todo o tipo de sinalização e teremos que impedir o estacionamento naquele espaço.

A questão da Serretinha é um dos projetos que a junta de freguesia da Feteira apresentou; haverá lá uma intervenção em que serão feitos alguns arranjos, com vista a dar outra vida àquele espaço.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Câmara, gabo-lhe o esforço mas o seu discurso relativo aos antigos terrenos da Universidade dos Açores apresentam imensas incorreções. Como bem sabe, ainda não estava clarificada a propriedade dos ditos terrenos quando o senhor Secretário Vítor Fraga se antecipou declarando que os mesmos eram pertença da região e a Universidade dos Açores esfregou as mãos de contente, aliviadíssima que ficou por não ter que assumir aquele encargo.

A partir do momento em que o Secretário Vítor Fraga declarou que os terrenos eram posse da região, resolveu um problema da universidade porque competiria ao Governo Regional assegurar a manutenção, limpeza, conservação, proteção e segurança daquele espaço. Se a Câmara procedeu à limpeza do local, fez bem e teve boas intenções, mas o Governo Regional é quem deveria ter assegurado esse serviço.

Se teve preocupação com o ajardinamento daquele espaço, relembro que, curiosamente, um dos projetos do responsável pelo Centro de Biotecnologia dos Açores tem a ver com o Pónei da Terceira e que foram os póneis da Terceira do projeto do professor Artur Machado que comeram os jardins todos da Universidade dos Açores e cujos dejetos conspurcavam e decoravam aquele espaço em plena campanha eleitoral para quem quisesse ver.

Demos uma conferência de imprensa de campanha e aquele espaço estava decorado com as fezes dos póneis da ilha Terceira que, pelos vistos, serviam para mais do que receberem votos de louvor na Assembleia Municipal e na Assembleia Regional. Estamos a falar de um projeto liderado pelo professor Artur Machado.

Sr. presidente da Câmara: – Oh, senhor deputado! Tanta azia faz-lhe mal...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não é azia, é a realidade. O senhor presidente não gosta mas tem que ser confrontado com estas coisas.

Sr. presidente da Câmara: – Gosto de ser confrontado com rigor.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quanto ao que vai ser construído naquele espaço, relembro o senhor presidente que o seu lema de campanha era bom: «Angra mais forte, uma ilha com futuro!»

Sr. presidente da Câmara: – E continua a ser.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente acabou de anunciar que, em vez de uma obra nova do Parque Tecnológico, vamos ter um remendo na obra velha e em vez de uma fábrica de radioisótopos, nada temos. A ilha Terceira... zero, uma posição pública da Câmara de Angra... zero e uma reivindicação para o concelho perante o Governo Regional... zero! Senhor presidente, cada um puxa a brasa à sua sardinha...

Sr. presidente da Câmara: – Tanto disparate dito de uma vez só! É uma coisa extraordinária!

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor não gosta mas a crítica é democrática e o senhor tem que a ouvir.

Sr. presidente da Câmara: – Se não me engano, o registo daquela propriedade a favor do Governo Regional foi feito no ano de 2012. Durante a campanha eleitoral ainda existiam incertezas e houve, inclusive, quem levantasse o assunto com a Força Aérea.

Eu já estava na Câmara quando apareceu um senhor coronel a perguntar pelos terrenos, provou-se que os mesmos estavam registados em nome da região autónoma dos Açores e a Câmara Municipal e o Governo Regional tudo farão para que aquilo funcione.

Pode ter a certeza que Angra será mais forte e, quanto ao que eu reivindico, não preciso de me pôr aos gritos na fachada da Câmara porque há formas mais eficazes de o fazer e isso tem-se notado.

Sr. d. m. António Toste: – Boa noite senhor presidente e Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas. Saúdo também o senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo por nos receber aqui hoje.

Senhor presidente da Câmara, eu e a freguesia da Ribeirinha que represento, congratulamo-nos pela cedência definitiva da Casa da Lata à freguesia e penso que algumas pessoas não saberão o que se passou ou não estarão a par da forma como a questão foi votada.

A Casa da Lata foi construída na década de 50 por 4 sócios, todos eles de nome Gonçalves. Aquele espaço era destinado à projeção de cinema e às comédias e por ali passaram grandes atores portugueses, nomeadamente o Tony de Matos. Mais tarde, no final da década de 90 e

no início da década de 2000, a Câmara Municipal adquiriu aquele espaço porque estava ao abandono para depois o ceder ao grupo de teatro da freguesia.

As obras foram decorrendo e, devido a dificuldades do grupo de teatro, por sua iniciativa, numa reunião havida entre o grupo, o presidente da junta de freguesia e a Câmara Municipal, cuja presidente na altura era a doutora Andreia Cardoso, ficou acordado que aquele espaço seria cedido à junta de freguesia.

Inicialmente por protocolo de cedência por 10 anos, o que veio a ser feito mais tarde já na presidência da doutora Sofia Couto, mas não era essa a vontade do grupo de teatro nem da junta de freguesia porque, o que havia sido acordado, era que o espaço passaria definitivamente para a posse da junta para servir a freguesia da Ribeirinha.

A Câmara ajudou ao adquirir aquele espaço, assim como tem ajudado noutras coisas e noutras freguesias. Finalmente, o seu a seu dono, estamos muito satisfeitos pela decisão tomada; no entanto, não posso deixar de lamentar a atitude dos senhores vereadores do PSD e do CDS-PP representados na Câmara Municipal ao votarem contra esta medida. Não basta escrever bem para o jornal e depois dizer que o Governo ou a Câmara não fazem nada.

Na hora da verdade, quando a Câmara pretende ajudar a freguesia devolvendo-lhe o que lhe pertence, os senhores vereadores do PSD e do CDS-PP votaram contra. As pessoas da Ribeirinha já sabem disso e na altura certa saberão avaliar essa atitude. Tiveram oportunidade de votar favoravelmente uma proposta apresentada pelo senhor presidente da Câmara e não foram capazes de o fazer. A Ribeirinha estará contente com a atitude do senhor presidente, porque são medidas como essa que o povo acarinha e gosta.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, boa noite. É importante que o Governo Regional assuma as suas posições relativamente ao Parque Tecnológico da Terceira, porque o assunto diz respeito ao concelho.

Quero também precisar alguns termos que dizem respeito à propriedade do terreno. Como toda a gente sabe, aquela era uma propriedade da Força Aérea que depois foi cedida ao Governo Regional que ordenou que as pessoas saíssem de lá. A Universidade dos Açores abandonou o local porque tinha um prazo para o fazer e deu no que deu porque o espaço ficou sem vigilância junto a um bairro com problemas dramáticos.

Problemas dramáticos também já aconteciam na Salga há 5 anos mas o deputado João Santos dizia que não, porque a junta de freguesia era socialista. Quando na altura eu dizia que havia problemas de tráfico de droga e aquilo era imundo, o Partido Socialista negou. É estranho que só agora se tenham resolvido os problemas nos Salgueiros e na Salga.

Mudando de assunto, pergunto ao senhor presidente da Câmara se sabe alguma coisa sobre o orçamento das Sanjoaninas, uma vez que era hábito apresentá-lo no mandato anterior e não tenho conhecimento de qualquer orçamento feito pela própria comissão para este ano.

Sr. presidente da Câmara: – Na parte que diz respeito à Câmara Municipal, é o que está inscrito no orçamento municipal. No que respeita às Sanjoaninas, o orçamento aprovado é de 593 mil euros, incluindo todas as participações, rendimentos das diversas vendas, etc. Espero que este valor seja respeitado e estamos a fazer um esforço nesse sentido.

Sr. vereador António Ventura (depois de autorizado pelo Sr. presidente da Câmara): – Intervenho para esclarecer que não estamos contra a cedência e exploração, mas sim contra a forma como a Casa da Lata foi cedida à freguesia da Ribeirinha. Foi do nosso entendimento, da Dra. Andreia Cardoso, da Dra. Sofia Couto e de toda a vereação que as infraestruturas teriam que passar por uma fase intermédia de cedência (por isso foi feito o protocolo de 10

anos), e só depois se procederia à cedência definitiva porque há custos associados e a própria freguesia pode não os suportar.

Nós votámos favoravelmente a cedência da Casa da Lata por um período de 10 anos e mantivemos o entendimento unânime das vereações anteriores do PS, do PSD e do CDS-PP. Haveria uma cedência temporária para se verificar quais os custos associados e só depois se procederia à cedência definitiva, à semelhança do que aconteceu com as escolas, como por exemplo a da Conceição. Neste momento existem 11 ou 12 associações com protocolos de cedência e a própria junta de freguesia tem um protocolo de cedência que deverá ser definitivo; pelo menos, assim o espero.

Não iríamos votar contra este entendimento e este princípio mas não estamos contra a cedência; defendemos a cedência temporária porque há custos associados que têm que ser quantificados antes que todas as responsabilidades transitem para uma freguesia. Não estive presente nessa reunião de Câmara devido a trabalhos parlamentares mas foi esse o entendimento e as razões da votação por parte da vereação da altura.

Sr. d. m. António Toste: – Acho que fui bem claro na minha intervenção mas talvez o senhor vereador António Ventura não tenha percebido. Numa reunião havida entre o grupo de teatro, a doutora Andreia Cardoso e eu foi acordado que se faria uma cedência definitiva. Posteriormente, a doutora Sofia Couto entendeu que essa deveria ser feita por 10 anos e agora o atual presidente da Câmara entendeu torná-la definitiva.

Nesta deliberação é referido que a cedência foi votada por maioria com os votos favoráveis do PS e com os votos contra do PSD e do CDS-PP. Não vejo qual a sua preocupação a respeito das capacidades financeiras da junta de freguesia para assumir isto porque não é da sua competência.

A situação da Casa da Lata não se deve comparar à das escolas mas, já que o senhor fala delas, a senhora presidente da Câmara da altura, a Dra. Sofia Couto, propôs que as escolas fossem cedidas à junta de freguesia da Ribeirinha e os senhores votaram contra. Como havia um pedido da Casa do Povo da Ribeirinha, os senhores não concordaram que as escolas passassem para a junta de freguesia. Isso passou-se uma semana ou duas antes das eleições e vi que não acabaria bem porque o senhor pretendia ganhar as eleições e, certamente, ceder as escolas à Casa do Povo. Os senhores votaram contra a cedência das escolas à junta de freguesia da Ribeirinha. O senhor não está a ser correto, porque antes votou contra e agora voltou a fazê-lo.

Sr. vereador Alonso Miguel: – Se o senhor deputado António Toste leu atentamente essa ata, deverá ter lido que os vereadores do PSD e do CDS-PP votaram favoravelmente a atribuição do apoio para obras na Casa da Lata. O que está em causa é a forma da cedência e não a má vontade ou o que você queira fazer transparecer.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 25 de abril a 16 de junho, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – A atividade municipal no período em causa manteve o mesmo ritmo e normalidade e gostaria de destacar algumas questões mais relevantes.

A obra da Casa do Chá, que se encontrava encaçada há uns tempos e a degradar-se rapidamente, foi possível concluí-la; o assunto está definitivamente encerrado e o edifício está em vias de ser atribuído a uma entidade que a vai gerir.

As obras mais relevantes, em curso no Porto Judeu e em S. Sebastião, estão a decorrer a um ritmo normal e espera-se a sua conclusão dentro dos prazos previstos, assim como a escola de Santa Bárbara que também decorre com normalidade. As questões ali apontadas têm a ver com o pavilhão que, ao ser implantado antes da escola, determinou a quota de soleira de todo o complexo.

O assunto foi posto a concurso exatamente daquela maneira, ou seja, estava previsto no Caderno de Encargos e está a ser resolvido pelos empreiteiros que estão a fazer as necessárias escavações. Teve que ser aberto um canaleta de escoamento para garantir que não haja inundação daquele espaço em caso de chuvas excepcionais, particularmente depois de ser feito o acesso à escola.

Gostaria que, há cerca de 2 anos atrás, o pavilhão tivesse sido construído 1,6 metros acima mas foi assim implantado e agora não há como voltar atrás, porque a escola tem que ficar ao mesmo nível daquele edifício.

As restantes obras municipais decorrem com normalidade e nenhuma apresenta quaisquer dificuldades, como os senhores vereadores tiveram oportunidade de constatar nas visitas que foram efetuadas.

Gostaria de chamar a atenção para a assinatura do protocolo com a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra sobre o apoio aos estudantes. É uma medida importante porque tem a ver com as dificuldades de muitas famílias do nosso concelho em manterem ou enviarem os seus filhos para o ensino superior.

Abriu-se um caminho para que a chamada classe média tenha acesso aos apoios da Câmara. Do meu ponto de vista, a assinatura deste protocolo terá sido talvez o evento mais importante que aconteceu neste período da atividade musical.

Foi também possível terminar o processo de realização do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra. Havia a intenção de o trazer a esta reunião da Assembleia Municipal mas acontece que o prazo de entrega das propostas terminou apenas no dia 2 de junho e não houve tempo para analisar todas as participações e elaborar o documento que terá que ser submetido à Câmara Municipal para ser depois trazido à Assembleia Municipal.

Conto apresentar o documento para aprovação numa das próximas reuniões de Câmara para que depois seja enviado à Assembleia Municipal e talvez tenha que pedir ao senhor presidente da Assembleia a convocação de uma reunião extraordinária para que ele possa ser aprovado.

Este documento já vem sendo elaborado há cerca de década e meia; teve um número elevado de participações e implicará muito trabalho de compilação e reposta às participações públicas por parte dos técnicos da Câmara e da empresa que o elaborou.

Outra questão de relevante importância neste período da atividade municipal tem a ver com as obras de melhoramento de infraestruturas municipais. Utilizando o pessoal da Câmara e pequenos empreiteiros foi possível resolver algumas questões que, nalguns casos, estavam a causar sérios problemas do ponto de vista da segurança e conservação de algumas das nossas infraestruturas.

Foi feito um arranjo no espaço exterior do edifício dos Paços do Concelho e ainda falta a fachada do lado da ladeira de S. Francisco que será intervencionada nos próximos tempos. Foi possível resolver também o problema do mastro principal que apresentava forte corrosão e algum risco de queda.

Chamo particular atenção para a obra que foi feita no pavilhão porque havia grandes infiltrações nas paredes que estavam a degradar a armadura do edifício, o que poderia levar a sérios problemas a médio prazo. Procedeu-se à pintura e impermeabilização do topo e de toda a parte superior para travar as infiltrações, uma intervenção de grande importância para o aspeto e durabilidade do edifício.

Havia também sérios problemas de corrosão dos rebocos e das alvenarias nas piscinas que pertenciam ao INATEL e passaram para a responsabilidade da Câmara e a obra está a aproximar-se da sua fase final.

Foi também feita uma intervenção no edifício multiusos do *bowling*, que ainda não está concluída, e visa evitar a infiltração de água através das paredes. Como se lembrarão, quando se entrava no edifício, podia ver-se que a parede do lado esquerdo apresentava fortíssimos sinais de corrosão.

É necessária uma intervenção de algum peso nos balneários e na estrutura anexa do campo de jogos municipal e estamos também a intervir outros espaços, nomeadamente as zonas balneares.

A Câmara tem neste momento 7 bandeiras azuis, das quais 6 estão hasteadas, à exceção da Prainha, não por falta de qualidade da água ou algo respeitante à praia, mas devido à obra que está a decorrer nas imediações que impede que os balneários e a estrutura de segurança tenha a configuração necessária para cumprir os requisitos da bandeira azul.

Neste período de atividade municipal procedeu-se com grande êxito ao arrendamento e à celebração dos contratos de um conjunto alargado de espaços municipais. A maior parte desses espaços já abriram ou estão em vias de o fazer e foi aberto concurso para o arrendamento da garagem do edifício dos Côrte-real que ficará ao serviço do público a breve trecho.

Foram também dados passos decisivos na requalificação do Teatro Angrense porque havia sérios problemas em parte da estrutura exterior que apresentava um conjunto de vãos apodrecidos que aumentavam a vulnerabilidade do edifício à infestação de térmitas. Havia uma escada de emergência completamente corroída que foi substituída por não oferecer as condições mínimas de segurança. O edifício está a ser totalmente remodelado e certificado e contamos tê-lo em pleno funcionamento dentro de meses.

Foi feito um conjunto de melhoramentos no Centro Cultural ao nível das pinturas e outros arranjos e será possível a curto prazo iniciar o processo de certificação de segurança do edifício, o que não pode ser feito de imediato porque há um conjunto de bombas que têm a ver com a coluna seca de luta contra incêndios que não estão em condições de funcionamento e precisam de ser reparadas ou substituídas.

Neste período e com a colaboração das juntas de freguesia de S. Sebastião e Cinco Ribeiras, foram feitos arranjos nos respetivos parques de campismo que foram entregues à gestão dessas entidades, as quais, por uma questão de proximidade, poderão dar melhor resposta, acontecendo o mesmo em relação a um conjunto de outras pequenas infraestruturas que, depois de melhoradas, também foram entregues às respetivas juntas de freguesia para uma gestão mais próxima e assídua.

Termino, dizendo que as finanças municipais se encontram em bom estado; não há nada a assinalar e estamos a seguir o que está traçado do ponto de vista da execução do orçamento, quer na vertente da despesa quer no que toca às receitas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quero voltar à questão referida pelo deputado João Santos a respeito do trânsito e estacionamento na Silveira. Concordo com tudo o que disse mas

relembro que, no mandato anterior, os deputados do PSD apresentaram aqui na Assembleia Municipal uma proposta para resolver aquele problema.

Na altura a doutora Andreia Cardoso exercia as funções de presidente da Câmara e era vice-presidente o professor Cota Rodrigues. O PSD apresentou uma proposta que visava a aquisição de terrenos na zona circundante ao atual estacionamento onde estão os plátanos ou na zona do forno da cal para ampliar o estacionamento na Silveira.

Essa proposta foi chumbada pela maioria do Partido Socialista e o vice-presidente da Câmara de então anunciou um acordo existente com a Universidade dos Açores para que se estacionasse no parque da universidade e se fizesse um acesso para a circular de Angra. A questão mereceu-nos algumas críticas por entendermos que não seria a solução adequada porque o estacionamento ficaria com acesso automóvel pelo Pico da Urze e saída a pé pela circular distante da Silveira, o que traria grandes problemas para as pessoas de alguma idade com dificuldades de locomoção.

Se necessário for, voltaremos a trazer à Assembleia Municipal essa proposta de aquisição de terrenos para que mereça mais atenção por parte da bancada do Partido Socialista porque, se a Câmara Municipal vai adquirir um espaço no parque industrial porque precisa de ampliar a capacidade de armazém e trabalho das comissões das Sanjoaninas, também precisa de mais espaço para estacionamento na Silveira.

Como todos sabemos, o senhor presidente da Câmara tem formação na área da engenharia civil e gostaria de lhe perguntar se existem ou não erros de conceção e de projeto na escola de Santa Bárbara porque nos constou que o projetista foi o mesmo da escola da Ribeirinha que teve necessidade de fazer várias correções ao projeto porque havia coisas que não estavam bem feitas.

Havendo um erro na implantação do pavilhão desportivo construído pelo Governo Regional, gostaria de saber se há responsabilidades na fiscalização da obra por parte da Câmara que fez o respetivo licenciamento nas condições em que está.

Sr. presidente da Câmara: – As obras não são licenciadas pela Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não precisam de licenciamento, estou esclarecido. Mas, segundo o que consta, o pavilhão não está enterrado 1,60 metros mas cerca de 3 metros em relação ao que devia estar; em virtude desse erro toda a escola terá que ser construída a uma quota mais baixa, o que obrigou a um desaterro substancial. Quem é que pagou esse desaterro? Foi o Governo Regional porque errou na implantação do seu pavilhão ou foi uma despesa acrescida que a Câmara Municipal teve que enfrentar fruto de um erro do Governo Regional?

Existe uma outra questão que chegou ao nosso conhecimento. O empreiteiro não terá capacidade técnica para corrigir em obra alguns erros que o projeto apresenta e o senhor presidente da Câmara, movido da maior boa vontade e dos seus conhecimentos de engenharia civil, tem tentado proceder a algumas dessas correções em obra para evitar defeitos de conceção no futuro.

Gostaria que nos esclarecesse todas estas situações e que nos dissesse quais serão as consequências nos custos da obra respeitantes a todas as questões aqui levantadas, designadamente a adaptação da escola à quota do pavilhão, os erros de projeto e as correções necessárias em obra. Gostaria que nos tranquilizasse e assegurasse que o município não sairá lesado em todo este processo.

Sr. presidente da Câmara: – Neste momento sou presidente da Câmara, não sou o engenheiro da obra e as minhas funções são políticas e não técnicas. Há engenheiros responsáveis pela obra e devo respeitar a responsabilidade de cada um.

Quanto aos erros de conceção ou de implantação, a escola foi implantada à quota que está no projeto e, aparentemente, devidamente determinada quando esse projeto foi elaborado; essa quota é de 1,60 metros e não 3 metros.

Não há erros de implantação da parte do Governo Regional nem de qualquer dos empreiteiros envolvidos; implantaram a escola à quota que estava descrita no projeto e à qual se comprometeram contratualmente e não me cabe passar atestados de competência ou incompetência a quem quer que seja porque há órgãos competentes.

A escola tem uma arquitetura extremamente complexa assim como a escola da Ribeirinha e cada um tem o seu gosto arquitetónico. Discordo de muitos aspetos daquela arquitetura porque tenho alguma experiência pelo exercício de outras funções na construção de escolas e sei o que funciona e não funciona. O gosto de cada um pela arquitetura é como a água benta e cada um toma a que quer.

A segurança está devidamente salvaguardada e a escola cumpre os regulamentos aplicáveis. As questões relacionadas com a forma do edifício, a escolha de determinados materiais ou a forma como o edifício depois se articula do ponto de vista da sua exploração foram, com certeza, devidamente analisadas pela Câmara da altura.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor está a tentar dizer-nos que aquilo é um mamarracho.

Sr. presidente da Câmara: – Não estou a tentar dizer que é um mamarracho; é uma escola que tem uma arquitetura moderna, provavelmente mais complexa do que eu gostaria de ver numa escola e é muito semelhante à arquitetura da escola da Ribeirinha porque é do mesmo projetista e segue as mesmas linhas arquitetónicas.

A escola foi contratada naquela posição, com aquela quota e com aquele volume de escavações e não há nenhum valor acrescido para a autarquia. Há alguns trabalhos a mais porque foram retiradas algumas floreiras que não faziam sentido na obra.

Esperamos que seja possível manter este caminho até ao fim e, com o apoio dos técnicos da Câmara, porque temos cá bons engenheiros e arquitetos, tentaremos levar a obra a bom termo e fazer com que seja terminada dentro dos prazos sem exceder os custos contratualizados. Se Deus nos der vida e saúde, daqui a um ano estaremos em muito melhores condições para falar sobre o assunto.

Não é bom fazer futurologia sobre obras, particularmente nos dias que correm. Dêmos tempo ao tempo, deixemos decorrer os prazos contratados e depois teremos a oportunidade de avaliar perante os dados que forem surgindo.

A obra está a seguir o seu curso normal, não há nada a assinalar e as dificuldades têm vindo a ser ultrapassadas. O empreiteiro Cruz Leal da ilha do Pico é o mesmo que fez a Casa do Chá; foi possível chegar sem dificuldades a um entendimento quanto ao acabamento e a obra ficou impecável.

Também vos quero anunciar que o pavilhão se encontra quase completo, faltando apenas algumas questões relacionadas com os balneários e está-se a tentar fazer um conjunto de ligações que permitirão colocá-lo em utilização antes da conclusão da escola, o que eventualmente, será possível para finais deste verão.

Não tenham preocupações porque, por ora não há razões para isso e terei todo o gosto em dar-vos a informação necessária periodicamente.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Boa noite senhor presidente, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados. Começo por felicitar a Câmara pela assinatura do protocolo com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, em particular pelo trabalho que deverá ter sido desenvolvido mais aprofundadamente pelo senhor vereador Guido Teles.

Estamos de acordo com esta matéria, como constava do manifesto eleitoral da coligação «Por Angra», que visa ajudar as famílias da classe média massacrada ou extinta por tamanhas medidas de austeridade que o país se vê obrigado a tomar.

Gostaria de interpelar o senhor presidente da Câmara sobre algo que me preocupa. Pelo que temos visto através de algumas fotografias nas redes sociais, há uma praga de ratos no concelho de Angra que põe em causa a saúde pública...

(Interrupção com momentos de boa disposição na sala).

Sr. presidente da Câmara: – Eles andam por aí. Soube que há até um membro desta assembleia que é um ativo caçador desses animais e estou a pensar contratá-lo para a minha casa...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Um autêntico *Rambo*.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Não sei se prefere que me inscreva para intervir noutra altura, senhor presidente, ou se acha que posso concluir a minha intervenção.

Sr. presidente da Mesa (em tom de graça): – Estou a verificar que os membros desta assembleia depois das 20 horas ficam cheios de energia e não se calam...

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Pois, mas não estou propriamente a falar do rato Mickey e se este assunto não preocupa mais ninguém, preocupa-me em particular. Os ratos andam por todo o lado, particularmente junto dos contentores de lixo colocados ao longo das vias municipais e regionais.

Li atentamente este relatório, vejo que foi elaborado um documento para a área dos Serviços Municipalizados – o Plano de Controlo de Roedores para o Serviço de Recolha de Resíduos dos Serviços – vejo que também participaram numa reunião de um organismo regional que se debruça sobre essa matéria mas também vejo cada vez mais ratos que colocam em causa a saúde pública no concelho de Angra e, por isso, gostaria de saber que iniciativas a Câmara de Angra pretende tomar no sentido de erradicar esta praga.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Boa noite senhor presidente da Assembleia e senhores membros da Mesa, senhores membros da Assembleia. Como viu, o Plano prevê a colocação de estações rateiras em todos os pontos de recolha de lixo e foram feitos muretes em blocos para isolar os contentores das paredes onde, por vezes os ratos se aninham.

Foi colocado veneno em todas as ribeiras urbanas do concelho, divulgámos o manual de controlo dos roedores a todas as juntas de freguesia que determina regras para todas as áreas específicas como o setor florestal, agrícola ou industrial e faremos ainda campanhas de sensibilização em todas as freguesias e no centro de Angra, caso seja necessário.

Sra. d. m. Michele Aguiar: – Boa noite senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. A questão que coloco relaciona-se com os buracos da rua Direita porque, além do abatimento da via devido ao fluxo de trânsito, têm surgido outros buracos grandes naquela rua.

Compreendo que ainda não tenha sido possível uma intervenção de fundo mas pergunto se está prevista alguma medida para minimizar o impacto daqueles buracos para quem ali circula diariamente, tendo em conta que também temos à porta as maiores festas profanas que implicam um elevado número de visitantes à nossa cidade e não queremos que esse seja o nosso cartão-de-visita.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma questão muito séria. Infelizmente há um problema muito complexo no troço final da rua Direita, junto ao canto da Caixa onde convergem 3

grandes coletores pluviais, um que vem da Ladeira Branca pela rua do Marquês, outro proveniente da rua da Sé e um terceiro que vem da rua do Galo.

Creio que este problema se arrasta desde 1994 quando foi ali feita a última intervenção. Em dias de forte precipitação estes coletores trazem demasiado caudal face à sua capacidade de transporte destas águas para o mar, provocando uma deformação anormal na rua. Como a água não cabe no coletor, arrasta os finos e provoca infraescavações em alguns pontos da rua. Há relativamente pouco tempo, na parte mais próxima da Praça Velha, caiu uma pedra para dentro mas houve quem visse e foi possível atalhar antes que lá caísse alguma viatura.

Está a ser projetada uma obra com alguma profundidade porque, infelizmente, ao contrário do que está a ser feito noutras ruas, não é possível levantar simplesmente a calçada e voltar a repô-la, até porque o ato de a levantar poderia causar sérios problemas visto que o solo está muito compactado e teria que ser usada maquinaria que poderia provocar o alargamento de outras infraescavações que lá possam existir.

Como estamos a aproximar-nos das Sanjoaninas e não é possível fechar a rua Direita por um período alargado, optou-se por fazer uma vistoria apertada naquele espaço com um acompanhamento da situação e esperar pelo final do verão para fazermos o levantamento do pavimento e construirmos um canaleta com outra capacidade de transporte de águas.

Esta situação é comum em muitas cidades e tem a ver com o arrasto de finos, ou seja, a água corre fora da tubagem e arrasta as areias e o material mais fino, levando ao progressivo abatimento do pavimento.

Há uma outra questão acessória a esta que tem a ver com o aceso de viaturas pesadas à moagem. Como sabem, infelizmente já morreu uma pessoa devido à inversão do sentido do trânsito e isto não pode repetir-se. Vamos ter que inverter o sentido do trânsito na rua Direita para permitir o acesso de viaturas pesadas à moagem e a sua circulação ali será muito problemática.

Estamos fortemente empenhados em resolver um conjunto de questões de alguma complexidade técnica mas agora não é o momento certo. De momento não há riscos eminentes mas teremos que repensar o escoamento pluvial naquela zona, porque saltam tampas cá mais acima devido à falta de capacidade de escoamento lá em baixo, há regolfos em vários sítios e alguns causam até problemas ao edifício da Caixa que possui uma cave.

Agradeço à senhora deputada por ter colocado esta questão porque é importante que os senhores deputados municipais tenham conhecimento da situação que é um problema sério para a nossa cidade e terá que ser resolvido com um grande investimento.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A pergunta que vou fazer ao senhor presidente da Câmara é precedida de uma felicitação pelo facto de a Câmara ter conseguido finalmente resolver esse escolho, esse recife escondido do Plano de Salvaguarda que durava há quase década e meia.

Embora o Plano de Salvaguarda tenha todas as virtualidades e, devidamente articulado por quem o interpretar e gerir, possa facilitar a vida aos munícipes, a verdade é que a competência de responder perante a entidade que concedeu o estatuto de cidade património mundial com zona histórica, que é a Unesco, é do Governo da República que, provavelmente a terá delegado no Governo Regional. No que diz respeito à gestão e acompanhamento da cidade património mundial, quem responde perante a Unesco? É o Governo da República ou o Governo Regional?

Sr. presidente da Câmara: – É o Governo Regional.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Nessa circunstância e havendo paralelismo com o que se passa na República, o Governo Regional tem sempre a última palavra sobre a gestão patrimonial da zona histórica, independentemente do Plano de Salvaguarda camarário?

Gostaria que me explicasse essa articulação porque, em termos práticos, o Plano de Salvaguarda poderá aligeirar prazos e simplificar procedimentos visto que haverá já um enquadramento mais ou menos previsto e excepcionar-se-á o que for justificável. Em última instância, o Governo através dos seus órgãos e serviços próprios, terá sempre a última palavra a dizer sobre as decisões a tomar pela Câmara?

Sr. presidente da Câmara: – Desde o princípio que essa competência é do Governo Regional que foi quem diligenciou pela classificação de Angra há 30 anos e o interlocutor nestas matérias utilizando o embaixador de Portugal junto da Unesco; quando tive responsabilidades na área da cultura estabeleci diversos contactos com essa entidade.

O Plano de Pormenor e Salvaguarda, uma vez aprovado por esta assembleia, será submetido a ratificação do Governo Regional sob a forma de um decreto regulamentar regional e essa ratificação estabelece um conjunto de normas que a Câmara deve cumprir.

A Câmara tem responsabilidades no cumprimento das regras estabelecidas no Plano e nada disto pode alterar as competências orgânicas, constitucionais e estatutárias do Governo que tem uma função fiscalizadora. A Câmara não terá que submeter os projetos ao Governo, a quem competirá fiscalizar se o Plano será devidamente executado e responderá perante a Unesco se algo correr menos bem.

A aprovação deste Plano é uma das nossas obrigações perante a Unesco porque estamos em incumprimento desde há muito. As competências da Câmara são de licenciamento e fiscalização em relação aos particulares e compete ao Governo fiscalizar a Câmara.

Os relatórios periódicos são elaborados em colaboração entre o Governo e a Câmara Municipal e um deles está a ser elaborado neste momento. A Câmara deve fornecer os elementos que lhe são solicitados para que sejam validados pelo Governo e submetidos à entidade competente pelas vias diplomáticas conforme manda o tratado que institui a Unesco.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado: não me lembro do que lhe disse nem qual foi a sua intervenção a respeito dos Salgueiros mas vou ler essa ata. Reconheço que possa ter desvalorizado a situação na altura e sei que aquilo não deveria continuar assim; não foi disso que falei há pouco mas, se vão acabarem os problemas para os quais alertou na altura, tanto melhor.

Senhor deputado Luís Rendeiro: relativamente à questão da Silveira, e não havendo nenhuma incorreção naquilo que disse, na altura o grupo municipal do Partido Socialista mostrou-se contra essa aquisição porque não era o momento oportuno para mais um encargo financeiro para a Câmara Municipal.

Achei que aquela não seria a ideal mas o grupo municipal do PS ficou satisfeito com a solução apresentada pela Câmara, visto que já existia um espaço para estacionamento com acesso direto através da construção de umas escadas em pedra. Essa solução pareceu-nos aceitável, foi por isso que não votámos favoravelmente a aquisição dos terrenos para aumentar o parque de estacionamento e, pegar isto às questões do trânsito na Silveira, é viciar um pouco a questão.

O senhor deputado sabe que o problema do trânsito da Silveira nada tem a ver com estacionamento; tem a ver com pessoas e com o incumprimento de regras porque há carros permanentemente ali estacionados com os parques de estacionamento vazios. O senhor sabe tão bem quanto eu que, se a porta da mercearia fosse um pouco mais larga, as pessoas colocariam o carro no corredor e atirariam as compras lá para dentro.

Ter-se-á que aumentar o estacionamento se entretanto se perceber que há problemas de espaço na Silveira e o trânsito em frente à mercearia tem que se regularizar, devido a uma questão que acontece durante todo o ano, faça sol ou chuva, haja mais ou menos trânsito. O senhor pode fazer os parques de estacionamento que quiser que não vai resolver o problema de estacionamento em frente àquele estabelecimento.

Mudando de assunto e já que se falou nos ratos, eles tornaram-se um problema também para mim. Vivo naquele sítio há mais de 20 anos e nunca tive uma população anormal de ratos em minha casa; como provinham de uma mata contígua, propriedade do doutor Carlos Costa Neves e da sua esposa, existe a forte possibilidade de serem do PSD... São pessoas que muito prezo, com quem tenho excelentes relações de vizinhança e não só, e os ratos são um problema também para eles.

Contactei a junta de freguesia pedindo o tradicional veneno que, de vez em quando, nos ia ajudando a controlar a população dos ratos e, como obtive a resposta de que aquela junta não o tinha, tentei contactar outro presidente de junta...

(Risos na sala e alguém mencionou uma caçadeira).

...Não é uma caçadeira; é uma arma de pressão de ar que não surge por acaso... Oh, senhor deputado, isto é um assunto sério! Não havendo veneno para ratos nas juntas de freguesia, a sua compra não é uma prioridade para as pessoas; eu sei o que me custa e nem toda a gente o pode fazer.

Perguntaram-me: «Tens dinheiro? Vai comprar veneno!» Tudo bem; mas, se entre 10 vizinhos eu for o único a comprá-lo, de nada me serve!

Começamos a ver ratos atropelados na circular de Angra e noutras ruas, como se vêm coelhos no mato, e só não vê isto quem não quer. Tenho que resolver este problema, o veneno acarreta custos inoportáveis e parece-me que a população de ratos naquela zona está um pouco descontrolada.

Sr. presidente da Câmara: – Uma parte do problema do trânsito na Silveira, como referiu o senhor deputado João Santos, não tem a ver com a falta de estacionamento porque as pessoas continuam a parar onde não deviam mesmo quando há espaço no parque de estacionamento alguns metros mais adiante; há ali um problema que tem a ver com hábitos e precisa de ser resolvido.

Quanto ao estacionamento em si, a Câmara tem estado atenta a essa matéria e já estabeleceu contacto com a Universidade dos Açores e com as Obras Públicas, porque há ali uma competência partilhada, no sentido de se tentar encontrar uma forma de alargar o estacionamento, não por causa do que se passa em frente à mercearia, mas sim devido ao problema do verão.

Durante a maior parte do ano não há falta de estacionamento porque o espaço onde se situam os plátanos está vazio e as pessoas param à porta da mercearia. Durante a época balnear há imensa falta de estacionamento ali e a questão da universidade pode ser razoável para a época, porque estamos a falar de gente mais nova que pode descer facilmente 3 ou 4 degraus ou uma rampa que poderá ser construída.

Esta matéria está a ser analisada; vamos ver se conseguiremos porque isto não envolve apenas a Câmara, visto que a circular e o largo da Silveira são vias regionais e a via municipal começa na parte que entra para a cidade.

A questão dos ratos é preocupante; temos um problema de excesso de população de roedores na ilha, um problema recorrente que não pode ser apenas resolvido com o tradicional veneno, até porque a maior parte desses venenos comerciais não surtem um efeito razoável.

Nas zonas onde existem contentores, nos espaços públicos, nas ribeiras, nos edifícios abandonados e outros, a Câmara Municipal está a utilizar um raticida bastante mais caro que é reputadamente eficaz.

Em devido tempo, foi feita uma proposta para se fazer uma desratização geral da ilha em colaboração com a Câmara da Praia da Vitória e o Governo Regional; infelizmente, essa questão gorou-se um pouco ingloriamente mas não perdemos a esperança. A senhora vereadora teve um conjunto de reuniões sobre essa matéria no sentido de, a devido tempo, retomarmos esta vontade de fazermos uma desratização global recorrendo a uma molécula a que os ratos ainda não se tenham habituado.

Nem todos temos os dotes para caçar um rato; eu não consigo fazê-lo mas vamos a caminho de se fazer uma desratização geral da ilha, que será a única forma de resolvermos este problema.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Boa noite senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Quero questionar o senhor presidente da Câmara sobre o plano de redução da iluminação pública, do qual se tem falado muito, porque mexe com os hábitos e com a sensação de segurança das pessoas, visto que nem todas andam armadas para não tropeçarem nos ratos.

Em primeiro lugar gostaria de saber quais as poupanças previstas com este processo e os critérios utilizados na redução de energia, porque vamos ouvindo que vai sendo retirada lâmpada sim, lâmpada não, o que representa cerca de metade. Pergunto-lhe se são aplicados os mesmos critérios em todas as freguesias, porque também vamos ouvindo conversas de que nesta freguesia foi assim e na outra foi de forma diferente, mas acredito que isso poderá estar relacionado com o faseamento dos trabalhos.

Espero que o senhor presidente esteja em condições de nos garantir que o critério será igual para todas as freguesias, qual a redução prevista na zona urbana e conseqüente impacto na redução final, uma vez que a iluminação urbana será consideravelmente superior à da zona rural.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma questão que tem preocupado a Câmara e a senhora vereadora Raquel Ferreira em particular, que tem estado em contacto com a EDA, mas posso garantir-lhe que o critério de redução da iluminação pública é igual em todas as freguesias.

Quanto à lâmpada sim, lâmpada não, não é bem assim; estabeleceu-se uma meta de 40% de redução em cada freguesia com a retirada de maior número de lâmpadas onde não mora ninguém e respetiva compensação nos centros habitacionais onde se retiraram menos lâmpadas.

Neste momento está feita a redução da iluminação pública em todo o concelho com exceção da zona da periferia urbana para dentro. Ainda não se fez a redução no centro da cidade, porque existem diferentes tipos de luminárias, algumas não homologadas.

Começou-se pelas zonas mais periféricas da cidade e está a iniciar-se também um processo de introdução de lâmpadas de LED em alguns locais. Já foram identificados alguns tipos de lâmpada, havendo certas dificuldades com a sua homologação porque a tarifa que pagamos atualmente inclui a respetiva manutenção. A EDA faz apenas a manutenção das luminárias homologadas, ou seja, das tipologias por si adotadas, o que significa que, se adotarmos outros tipos de luminária, teremos que proceder à sua manutenção porque a EDA desresponsabiliza-se disso. Há aqui uma dificuldade de natureza contratual que estamos a tentar ultrapassar.

Há cerca de um ano, foi feito um estudo pormenorizado da iluminação do concelho com a identificação das zonas com iluminação a mais ou a menos e está-se a tentar fazer as devidas correções. Esse estudo pode ser fornecido a quem estiver interessado.

Do ponto de vista das poupanças, infelizmente ainda é cedo para dizê-lo porque, apesar de reduzirmos a iluminação, entretanto, o IVA subiu de 4 para 18% e o preço da eletricidade subiu mais de 40% nalguns casos com o desaparecimento da tarifa de iluminação pública. Passámos a ter a mesma tarifa tri-horária que é usada nas nossas casas e uma parte importante do período de iluminação corresponde ao período «super cheio», ou seja, à tarifa mais cara.

Houve um agravamento enorme do preço da eletricidade e ainda é cedo para se dizer se houve compensação devido à redução. O valor tem oscilado porque a EDA não faz leituras mensais, operando com estimativas e procedendo a acertos trimestrais e temos que esperar mais alguns meses para podermos aferir o que aconteceu.

Não tenho a certeza se a redução foi muito sensível, porque o que retirámos foi o que aumentou no preço. Como se trata de uma questão intermunicipal, a Associação de Municípios já se pronunciou sobre a matéria e criou um grupo de trabalho para tentar resolver este problema. O nosso concelho até é privilegiado nessa matéria porque algumas câmaras têm cerca de 25% da sua despesa corrente alocada à iluminação pública, o que é devastador.

Este é um problema genérico dos Açores, até agora escondido pela tal tarifa especial, que terminou no dia 31 de dezembro. Quando a ERSE resolveu acabar com a tarifa de iluminação pública Açores, causou um problema gigantesco e inesperado às autarquias que agora se está a tentar resolver.

No nosso caso, felizmente, apesar de pesado, não representa um valor tão significativo, como os 25%, na estrutura global da despesa da autarquia mas é um assunto que terá que ter um desfecho qualquer a curto prazo porque há autarquias que não aguentam estes preços mesmo após as reduções possíveis na iluminação pública.

À partida, a redução não será de 40%, como era o nosso objetivo, porque, entretanto, houve agravamento de custos. Os 40% de redução previstos à data de 31 de dezembro já estão completamente ultrapassados por tudo o que foi acontecendo entretanto.

A utilização de tecnologia LED, pelo menos na zona central da cidade, poderá ser uma boa escolha mas esbarra-se com o problema da manutenção já que a Câmara não tem nenhum serviço estruturado para essa manutenção generalizada da iluminação pública.

Em conjunto com as outras autarquias vamos tentar chegar a um acordo que terá que ser depois aprovado pela ERSE. É uma questão relativamente complexa que, além das autarquias, envolve o Governo Regional, a EDA e a ERSE.

Garanto-lhe que não há freguesias protegidas no que toca à redução da iluminação pública e, sempre que surgem questões atendíveis, tem-se feito uma segunda volta com a troca de lâmpadas para se eliminarem alguns problemas que vão sendo detetados. Este é um trabalho complexo que só ficará pronto no fim deste verão.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Boa noite senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Senhor presidente, gostaria que me explicasse as condições do licenciamento concedido à discoteca FACTORY, uma vez que este espaço tem gerado algum descontentamento público face ao intenso ruído, ao grande trânsito que se faz sentir nas imediações e às desordens provocadas por indivíduos alcoolizados. Tratando-se também de um edifício antigo, deverá ter telhas de fibrocimento, o que leva a concluir que terá amianto incorporado na sua constituição.

Pergunto-lhe se o senhor se responsabiliza por estes problemas e se sabe que o licenciamento provisório desta discoteca terminou no dia 31 de dezembro, estando a funcionar ilegalmente cheia de problemas desde o dia 1 de janeiro.

Sr. presidente da Câmara: – A incomodidade da FACTORY é sentida por muita gente e também por mim e gostaria de ver esta situação resolvida de outra forma mas não é assim tão simples.

Desde que não andem a partir as telhas, o amianto não faz mal a ninguém enquanto permanecer quieto e sossegado. A questão central tem antes a ver com os percursos a pé entre o Porto das Pipas e a discoteca, com caixotes do lixo que rolam e todo o tipo de malfeitorias nos carros e nos prédios.

Há um conjunto de problemas de ordem pública associados ao funcionamento dessa discoteca. Por determinação desta Câmara, deixaram de ser concedidas licenças provisórias, que não serão renovadas à medida que forem terminando, tendo-se iniciado o processo de licenciamento único simplificado, permitindo que, durante 60 dias, façam prova de todas as questões resolvidas. Esse licenciamento foi feito, os 60 dias estão a acabar e, depois, as respetivas entidades intervirão.

A Câmara tem finalmente o seu sonómetro certificado e pode legalmente fazer medições do ruído. Em articulação com a Inspeção Regional do Ambiente, a formação dos técnicos operadores será feita nas próximas semanas e ficaremos em condições de aferirmos legalmente o ruído produzido nos diversos locais.

Já houve um conjunto de inspeções e intervenções feitas por diversas autoridades desde a PSP até à Brigada Fiscal da GNR, o assunto não está esquecido mas há que cumprir os passos legais porque, para o bem ou para o mal, a nossa legislação é muito protecionista e as pessoas têm direito a defender os seus interesses.

Com o consenso de todos os vereadores, a Câmara deixaria de licenciar prolongamentos de horários com exceção de festas civis como o Natal ou a Páscoa. Foi feita uma reunião do Conselho Municipal de Segurança sobre essa matéria em que se pedia uma particular atenção à PSP no sentido de fazer cumprir rigorosamente os horários de encerramento dos diversos espaços, mas isso infelizmente não resolve o problema porque muitos dos jovens que lá estão dentro vêm para o exterior, a perturbação aumenta quando encerra o estabelecimento e ficamos perante uma questão de civismo e de ordem pública que não é fácil de resolver.

É uma infelicidade que se tenha permitido a abertura daquele estabelecimento naquele sítio e agora temos que conduzir este processo de acordo com a lei. Podem contar com toda a energia e vontade da minha parte para resolver este problema porque não tenho qualquer simpatia por esta situação.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Quero agradecer ao senhor presidente da junta pela sua simpatia e por nos receber aqui hoje, porque não tive tempo nos 30 segundos que me foram concedidos na minha anterior intervenção.

Percebi que há questões de quota no sentido geotécnico nas escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara que têm a ver com decisões mal tomadas que devem ser assumidas aqui e basta olhar para os acessos e para a forma como a escola da Ribeirinha foi construída.

Creio que a resolução de alguns problemas em Angra se deve ao facto de o senhor presidente andar a pé; parabéns por andar a pé, porque muitas das situações que identificou são visíveis há anos por quem circula pela cidade e se preocupa em conhecer os equipamentos camarários. Bastava entrar lá dentro para percebermos o estado de degradação em que se encontravam e bastariam algumas intervenções para os resolver.

Tenho que lhe dar também os parabéns pela sua atitude experimentalista relativamente ao trânsito, porque algumas coisas até funcionam e o senhor conseguiu evitar uma média de 3 desastres por mês na rua Nova. Antes, quando o trânsito se processava de outra forma, havia

desastres todas as semanas; com experimentalismo ou não, este problema foi resolvido e o senhor presidente está de parabéns por isso.

Gostaria de saber também se é experimentalismo seu ou da EDA, o facto de deixar os quarteirões inteiros da zona do *bowling* completamente às escuras.

Sr. presidente da Câmara: – Deve ser avaria.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Ainda bem que não é experiência sua porque cheguei a pensar que a poupança estaria a ser levada ao exagero; é que, se a falta de luz se devesse ao reduzido número de habitantes, dir-lhe-ia que fizesse o mesmo na rua da Sé porque só lá vivem 3 pessoas.

Também não posso deixar de falar nos ratos. Se o deputado João Santos teve ratos do PSD na sua casa, os meus eram do Governo da República porque vinham do hospital da Boa Nova e tenho que agradecer ao professor Luís Fagundes Duarte pela única coisa de jeito que fez ao construir aquilo, regionalizando os ratos porque deixei de os ter em casa.

Preocupa-me o facto de ouvir responsáveis regionais dizerem que não há ratos na ilha Terceira. A portaria nº 98/2012 de 18 de setembro diz que existe um plano de controlo de roedores nas ilhas e são colocados postos de engodo para monitorização. Ora isso está apenas na portaria e não é lícito que se venha dizer publicamente que não temos um problema de ratos na ilha Terceira. Nos termos do artigo 20 dessa tal portaria existe a obrigação de se fazer essa monitorização que envolve os Serviços Municipalizados.

Sr. presidente da Câmara: – Que o fazem.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Não está lá expressa também a obrigação dos proprietários fazerem limpeza nas suas áreas?

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Está, sim senhor, e alguns fazem-no. O problema é quando os proprietários têm que fazer também a limpeza das áreas adjacentes com edifícios devolutos que não lhes pertencem. A questão é vir-se a público negar que estamos perante um problema de saúde pública...

Sr. presidente da Câmara: – Não ouvi ninguém dizer isso.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Da Secretaria dos Recursos Naturais vieram dizer que não havia nenhum problema de ratos na ilha Terceira, que isto era uma miragem, só aparecia um rato de vez em quando e esses relatórios do engodo e das armadilhas não existem.

Sr. presidente da Câmara: – Quem disse isso, disse um disparate porque os Serviços Municipalizados têm feito essa monitorização e há imensos ratos na ilha Terceira.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Terá que haver um plano articulado entre as juntas de freguesia e ambos os municípios e o Governo Regional deve participar nisto. Não podem ser escamoteadas nem enviadas para outras instâncias questões que tenham a ver com o Governo Regional, porque dizem respeito ao município e à ilha Terceira. A Câmara tem que tomar posição porque se trata de uma questão política, uma vez que são estabelecidas políticas de apoio à classe média.

Se a Câmara apoia os estudantes da ilha Terceira no acesso ao ensino superior, também tem que se pronunciar sobre a decisão de fechar o curso de economia e gestão cá na ilha. Não faz sentido que se dêem bolsas de estudo para que os alunos possam concluir cursos na sua ilha. Qualquer aluno que venha estudar durante um ano na ilha Terceira corresponde a 56 turistas com um impacto muito grande na economia.

Não podemos permitir que, com atitudes bairristas, se tomem decisões sempre a favor dos mesmos. Temos que admitir de uma vez por todas que, se nos calarmos com isso, somos

passados por tolos. Temos que nos pronunciar nesta assembleia sobre aquilo que temos, porque corremos o risco de que as estratégias políticas tomadas pela Câmara Municipal, ou outra qualquer força política, não sirvam para nada. Estamos a ser minados por algo que nos ultrapassa, porque passamos a vida calados.

Apelo a que discutamos abertamente todas essas questões pelo menos nesta assembleia, chamando os bois pelos nomes no que respeita aos ratos, à Universidade dos Açores, à Câmara ou à oposição.

Sr. presidente da Câmara: – As estações rateiras operadas pela Câmara e pelos Serviços Municipalizados são prova mais do que suficiente que existem muitos ratos, ninguém deve pôr isso em causa e essa informação já foi transmitida ao Governo Regional pela senhora vereadora Raquel Ferreira nas diversas reuniões em que tem participado sobre essa matéria. Admito que tenha existido mas não conheço nenhuma declaração de nenhum responsável; se existiu, passou-me despercebida e é de lamentar porque não é verdadeira.

Quanto à última questão e pedindo desculpa ao senhor presidente da Assembleia, por não perceber o enquadramento regimental para tal, tive a oportunidade de discursar publicamente há 2 dias na Universidade dos Açores e explicar a minha posição sobre o assunto. A Câmara não tem um papel direto nessa decisão mas fará todos os possíveis para se lhe opor e levantará a sua voz. Já tive a oportunidade de dizer aos alunos e aos professores da Universidade dos Açores que participaremos como parte interessada nesse processo.

A Câmara cedeu o espaço na Praça Velha e os equipamentos necessários para dar visibilidade ao problema, ninguém se calou, estamos a falar e faremos os possíveis para fazermos ouvir a nossa voz e essa matéria ainda não está esclarecida, pelo menos para mim. Tomaremos as posições que as circunstâncias recomendarem e agradeço que a oposição nos siga para que tenhamos uma voz unânime.

Essa questão não se encontra agendada porque surgiu depois da convocação desta Assembleia mas poderá agendar-se para discussão. Da parte da Câmara há todo o empenho e vontade nisso e não podemos deixar que as coisas sigam esse caminho; não temos o poder de decisão mas faremos o que pudermos. Faço minhas as palavras do senhor deputado Félix Rodrigues, com 100% de concordância.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Recuando à questão da escola de Santa Bárbara, pergunto ao senhor presidente se o empreiteiro tem capacidade para proceder a correções em obra devidas a eventuais erros de projeto.

Quanto à questão dos ratos, recorro que, no início do mandato anterior, o PSD fez uma recomendação a esta assembleia, também chumbada, que visava a criação de equipas multidisciplinares com a colaboração das 2 autarquias da ilha e dos serviços de desenvolvimento agrícola, aproveitando o facto de a Câmara de Angra possuir a maior capacidade técnica para o fazer porque é a única dos Açores com 2 médicos veterinários nos seus quadros. Pretendia-se assim que fosse criado um plano de desratização ao nível de ilha no combate à praga.

Na altura havia estudos que comprovavam que a molécula daqueles sacos de veneno com sementes temperadas não funcionava porque os ratos descascavam as sementes e ingeriam o conteúdo sem tocarem na parte envenenada. Já não se tratava da eficácia da substância ativa mas sim de comportamento dos próprios roedores face ao tipo de isco que era utilizado. A molécula eficaz é aquela que se apresenta em discos ou cubos e chama-se *bromadiolona* que é mais cara mas funciona.

A maioria dos senhores deputados da bancada do PS, à exceção de alguns senhores presidentes das juntas de freguesia, não estava cá na altura mas o senhor João Santos estava,

por isso me dá algum gozo que a sua casa esteja cheia de ratinhos, sejam cor-de-laranja ou de outra cor qualquer. Esta é uma preocupação antiga, nós alertámos na altura mas o alerta não foi tido em consideração.

Os ratos não são o maior problema do concelho de Angra; estamos sujeitos a uma grande variedade de pragas como, térmitas, pombos, gaivotas, coelhos, gatos, baratas, etc. Quase não há praga que não afete a ilha e o concelho de Angra, por isso exige-se uma atuação concertada das 2 autarquias e dos serviços de desenvolvimento agrícola competentes para que seja elaborado um plano de combate às várias pragas que causam prejuízos aos cidadãos e à agricultura que é a principal atividade geradora de riqueza desta terra.

Uma das maiores queixas dos nossos produtores agrícolas tem a ver com os bandos de pombos, incluindo os torcazes, que são uma espécie protegida, apesar de já não estar ameaçada, que lhes furam os plásticos para comerem o milho das silagens e o alimento concentrado que é deixado como suplemento para os animais que estão a pasto. Muitos desses pombos equivalem a mais 2 ou 3 cabeças de gado a comerem cereais no mesmo recinto.

Saiu agora legislação nova da Secretaria Regional dos Recursos Naturais que obriga os cidadãos com menos de 60 anos a possuírem um curso de formação para manipularem os venenos. Agora não é qualquer pessoa que pode comprar venenos ou produtos fitossanitários, o que causará alguns problemas aos mais responsáveis que pretendam proceder à desratização nas suas propriedades porque haverá sempre um vizinho que tem uma mata e não a cuida ou reside temporariamente noutra local e não faz a desratização.

O problema mais grave colocar-se-á quando entrar em funcionamento a central de valorização energética de resíduos se a Câmara decidir, e muito bem, desmantelar o aterro sanitário, que se transformará no maior viveiro de ratos e gaivotas da ilha Terceira. Quando se começar a mexer naquilo vamos ver se os ratos fugirão para outros locais ou serão combatidos eficazmente.

A respeito da discoteca FACTORY, devo lembrar que o senhor presidente foi secretário regional do ambiente, conhece muito bem os problemas do amianto e sabe que a vibração provocada pelas ondas sonoras causa movimentos nas placas e consequente libertação das fibras de amianto.

Numa discoteca não se põe a questão das placas ficarem sossegadinhas. Aquela discoteca é frequentada por largas centenas de pessoas com respiração acelerada a dançarem e a inalarem as partículas de amianto que se libertam com as vibrações sonoras.

A bancada do PSD quis partilhar aqui esta preocupação, porque aquele local não é adequado para a atividade económica que ali é exercida.

Sr. presidente da Câmara: – Começando pela questão final, os técnicos concluíram que não havia problemas com o amianto da discoteca; o problema fundamental é a perturbação da vizinhança e vamos tentar resolvê-lo dentro do que a lei permite, porque a Câmara tem todo o interesse nisso.

Quanto à capacidade técnica, é da responsabilidade do INCI, o instituto que emite alvarás. Não compete à Câmara a verificação nem cabem ao empreiteiro os ajustes em obra que devem ser feitos pelo dono da obra em conjugação com o projetista que tem prestado a colaboração necessária sempre que lhe tem sido solicitada. Do empreiteiro, espera-se que execute fielmente o que está projetado e os eventuais acertos estão fora do seu âmbito de atuação. Se o INCI emitiu o alvará, e a lei diz que é a entidade responsável para tal, quem sou eu para fazer outras observações.

Sr. d. m. António Toste: – Sem querer entrar em polémicas e com todo o respeito e consideração, o senhor deputado Félix Rodrigues voltou a falar da escola da Ribeirinha. Acho

que já se falou demais desta escola, dos seus acessos e da quota do terreno mas o problema era um outro Cota que deu muito que falar.

Na altura tive o cuidado de falar com o seu presidente, havia situações que ele não percebia, eu expliquei, acho que ele percebeu e não se falou mais da escola da Ribeirinha que é uma excelente escola. O seu acesso é muito bom, mais reservado aos carros, liga a parte antiga à parte nova da Ribeirinha e estava previsto há mais de 20 anos.

Já se falou demais da escola da Ribeirinha que é uma excelente escola e as pessoas estão satisfeitas. Quanto à de Santa Bárbara, se não se faz nada, deveria fazer-se. O que está feito está mal feito e o que não se fez deveria ter-se feito, é esse o lema da oposição mas o povo há de avaliar os trabalhos. Os senhores só sabem criticar, não são capazes de ver o que está bem mas faremos as contas mais tarde.

1.2 – Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo, que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma obrigação legal e uma simples soma aritmética. Cada uma das contas já foi objeto de apreciação individualmente, encontrando-se a única diferença na eliminação das sobreposições. A consolidação de contas aponta para uma situação muito confortável do grupo municipal e apenas confirma a boa saúde financeira do nosso município.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – É conhecida a nossa posição relativamente ao Plano e Orçamento da Câmara; à sua ilegalidade.

Sr. presidente da Câmara: – A fé é que nos salva.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Conseguimos distinguir duas questões completamente diferentes: um documento que tem uma leitura política e uma questão política relativamente à qual assumimos uma posição e mantemo-la, porque ainda não a vimos totalmente esclarecida.

Este documento, que votaremos favoravelmente, é essencialmente técnico, por isso não tenho qualquer apreciação política a fazer. Queremos deixar bem clara a nossa posição e se este documento tivesse a ver com o orçamento, em coerência, manteríamos a mesma posição. Sendo um documento essencialmente técnico e, se $A + B = C$ e a conta está bem feita, não há nada a dizer sobre isto.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Quem não executa os seus planos de investimento tem, obviamente, dinheiro em caixa e o bom saldo de gerência que esta Câmara herdou resulta da falta de execução de obras com a clara penalização de Angra, resultando no marasmo referido pelo senhor deputado João Santos quando afirmou que agora até se vê que algo vai sendo feito. Angra esteve parada durante muitos anos e este saldo de gerência é o resultado disso.

É referida uma autonomia financeira de 45% mas, pelas minhas contas, são 46%, o que acaba por ser favorável à Câmara. Pensei que houvesse um lapso, pedi a opinião a um economista que obteve o mesmo resultado mas confesso que poderá ser uma questão de classificação.

Na página 8 as existências disparam em 2013 e parece-me que seria interessante manter isto sob controlo. Mais relevante e preocupante é o valor global de 703 082,38 € de dívidas, que a Câmara considera de cobrança duvidosa, referido na página 26, nomeadamente: rendas de habitação social e ex-clientes da Culturangra.

O relatório frisa ainda que a maior parte deste valor não se encontra em execução judicial, deixando a impressão que a Câmara nada está a tentar fazer para recuperar este dinheiro. Gostaria de saber se há planos de pagamentos ou perdões de dívida já negociados.

Sr. presidente da Câmara: – Também se me colocou a dúvida em relação às percentagens, o que tem a ver com a questão da não sobreposição de determinadas classificações mas os serviços que fizeram as contas provaram que as fizeram bem e o assunto não me parece de grande relevância.

Há uma situação muito complicada quanto às dívidas e, infelizmente, uma boa parte já prescreveu há muito porque algumas remontam aos anos 2004, 2005 e 2006. Está a ser cobrado o que é possível; foram estabelecidos acordos de pagamento com a generalidade dos devedores que ainda são inquilinos de habitações municipais e estamos a tentar determinar o que aconteceu quanto aos restantes.

Infelizmente, estas dívidas não são de fácil cobrança mas uma boa parte está a ser paga de forma faseada porque se chegou a acordo com a generalidade das entidades. Parte desta dívida terá que ser declarada como prescrita um dia destes por questões do decurso do tempo e por razões de falecimento de quem viveu em habitações municipais ou outras coisas que aconteceram entretanto.

Algumas dívidas estão relacionadas com esplanadas e outras questões de natureza comercial e estão praticamente todas resolvidas através de planos de pagamento que foram estabelecidos. Quem não tivesse as contas em dia foi informado que teria que desmontar as respetivas esplanadas e cessar ali a sua atividade, uns pagaram a dívida por inteiro e outros estabeleceram planos faseados de pagamento.

Os nossos serviços financeiros estão a fazer um esforço muito grande no sentido de resolver estas questões e identificar a situação de cada uma das dívidas, confrontando-se com a dificuldade acrescida de uma enorme fragmentação de centenas ou milhares de parcelas de dívida, o que dificulta a tarefa dos serviços, mas ao longo do ano daremos notícias porque temos toda a vontade de reduzir este passivo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, se houve prescrição de dívidas, ela não decorre simplesmente do tempo; significa que não foram cobradas por quem tinha a responsabilidade de o fazer. Se, nalguns casos, terá havido impossibilidade de cobrança, noutros houve inação, o que levou à impunidade dos prevaricadores, porque havia quem tivesse a possibilidade de pagar as rendas ou possuía bens que poderiam ser penhorados e não o foram; foi uma opção da anterior gestão autárquica de não fazer valer os direitos da Câmara e dos munícipes que pagam impostos.

Sr. presidente da Câmara: – Não tenho a certeza disso.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se o senhor não tem a certeza eu tenho as dívidas ao contrário e estou a expô-las.

Quanto ao dinheiro que a Câmara tem em caixa, como já foi referido pelo meu colega de bancada, ele deve-se ao incumprimento sucessivo das Grandes Opções do Plano e às já muito denunciadas baixíssimas taxas de execução orçamental que se têm vindo a verificar nos mandatos anteriores da Câmara Municipal com as quais o senhor presidente já concordou publicamente e cujos valores não gostaria de ver nos seus mandatos e saúdo-o por isso. Peço-lhe mais seriedade nos compromissos eleitorais para que se execute o que é assumido e não se fique apenas pelos manifestos de campanha.

O senhor deputado António Toste vai-me desculpar, não quero criar nesta assembleia nenhum debate de *ping-pong* mas esperamos que a escola da Ribeirinha seja um sucesso porque teve imensos percalços devido a mau planeamento com muitas derrapagens nos seus custos,

acessos que saíram caríssimos, problemas devido à proximidade de uma pocilga e problemas com a construção de muros de suporte e de limitação em várias zonas.

O dinheiro para a construção da escola da Ribeirinha não saiu do bolso do senhor presidente da junta; saiu dos impostos pagos por toda a gente, por isso deve haver boa gestão dos dinheiros públicos e é bom que as pessoas assumam quando as coisas correm mal.

Ao contrário do senhor deputado António Toste, uma coisa que o senhor presidente da Câmara já percebeu, e louvo-o por isso, é que o melhor aliado que o senhor presidente pode ter é esta oposição. Ao contrário do senhor deputado, esta oposição estuda os documentos, estuda os problemas do concelho, aponta-lhes os defeitos e dá hipóteses ao senhor presidente da Câmara de os corrigir.

O senhor presidente da Câmara pode ter muitos defeitos mas não é tonto, sabe escutar as denúncias da oposição e tem tempo para as corrigir porque está no início do seu mandato e tem corrigido algumas.

O senhor deputado gosta muito de se perder em apartes inconvenientes. Esperemos que a escola da Ribeirinha seja um sucesso e sirva a freguesia mas espero que os mesmos problemas não se repitam em mais lado nenhum, nomeadamente em Santa Bárbara.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Se as dívidas de cobrança duvidosa são assim tão antigas e já prescreveram, talvez não devam constar do orçamento por se tratar de valores que, se calhar, a Câmara não espera receber.

Sr. presidente da Câmara: – Tem que ser analisado fatura a fatura. O senhor deputado levantou uma questão importante mas, como lhe disse, trata-se de centenas ou milhares de pequenas faturas que devem ser analisadas caso a caso.

No que respeita aos Serviços Municipalizados, em que também tínhamos situações como essas, em recente reunião do conselho de administração, declarou-se prescrito um primeiro lote de faturas impossíveis de cobrar até porque a legislação relativa aos serviços prioritários foi alterada e não é possível cobrar se não se agir no prazo de 6 meses.

O que foi feito nos Serviços Municipalizados será também feito na Câmara, por isso lhe disse que os serviços municipais estão a trabalhar com afinco nesta matéria no sentido de se determinar caso a caso o que é cobrável, porque isto empola desnecessariamente as contas e não há interesse em manter situações artificiais que só poderão ser eliminadas depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança.

Vamos tentar cobrar tudo o que for possível e só depois é que poderemos declarar definitivamente o que tiver prescrito e for incobrável para que o possamos refletir nas contas do município.

A execução foi o que foi e já disse o que tinha a dizer sobre isso; este ano está a decorrer a ritmo normal, como poderão testemunhar os senhores vereadores de todos os partidos, e não há razões para apontar dificuldades. Há dias tivemos a oportunidade de visitar uma vintena de intervenções, todas a decorrerem com a necessária celeridade.

Como já disse na última sessão da Assembleia, este ano, provavelmente, não será possível termos a execução que gostaríamos, porque será um ano de transição e será difícil partirmos de uma situação de baixa para alta execução em tão pouco tempo. Não espero milagres mas está-se a fazer um esforço para se conseguir uma execução razoável.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Estes valores de cobrança duvidosa também me incomodam. Compreendo que situações como rendas ou pagamentos de águas ligados a serviços básicos das famílias tenham chegado

a este ponto devido ao atual contexto económico, mas tenho alguma dificuldade em compreender as situações de incumprimento ou de difícil cobrança ligadas ao aluguer de espaços comerciais da Câmara, muitos deles que acabam depois por serem devolvidos completamente destruídos ou em estado lastimável.

Existe maneira de introduzir cláusulas que possam, de alguma forma, responsabilizar esses empresários, exigindo coimas à cabeça, o que à partida é mais difícil, ou através da exigência de uma garantia bancária, uma medida relativamente frequente quando se alugam espaços junto de empresas maiores.

Gostaria de saber se isso não se faz porque não se pode, se já se está a fazer ou se há intenções de o fazer porque esta situação junto das atividades comerciais acaba por se tornar numa concorrência desleal perante aqueles que levam as coisas a sério e tentam manter as suas contas em dia.

Sr. presidente da Câmara: – Faço minhas as palavras do senhor deputado, confirmo que grande parte dos imóveis devolutos estavam vandalizados e foi preciso fazer um grande investimento na sua recuperação. Felizmente já foram todos objeto de novos alugueres, alguns já reabriram, apesar dos sérios problemas com que nos confrontamos na sua recuperação.

Alguns edifícios foram vandalizados no período em que estiveram devolutos, como é o caso da Casa da Roda, e outros foram vandalizados no ato da saída. Infelizmente não podemos deixar um espaço vazio durante muito tempo na nossa terra sem que alguém lá se introduza e o destrua.

Nesta altura todos os nossos espaços comerciais estão com as respetivas rendas em dia e temos sido extremamente rigorosos nessa matéria. Os inquilinos exploradores de algumas esplanadas tinham dificuldades mas foram acordados planos de pagamento e a situação está devidamente regularizada.

Como a situação económica está difícil e estamos a criar condições para o arranque da economia, não foram exigidas garantias mas estamos a acompanhar as situações de perto. Se houver o mínimo sinal de que algum espaço não esteja a ser tratado como deve ser, agiremos de imediato. A nossa intenção é não deixar espaços devolutos porque rapidamente se degradam.

Não se registando mais intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por unanimidade.

1.3 – Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Pelo facto de o regulamento anterior ter sido alterado várias vezes e haver, inclusive, linguagem diferente, opta-se pela sua revogação e substituição integral. A maior parte das questões mantêm-se e cria-se um regime de incentivos que visa acelerar a utilização dos espaços. Quem investir rapidamente naquele espaço terá uma redução de 50% na renda ou de 50% no custo de uma devolução do custo contratual de venda do terreno se for em propriedade plena que visa fomentar o investimento.

Esclareceram-se questões de linguagem e os tipos de atividade porque existiam algumas contradições entre as atividades exercidas e o que constava do regulamento que está substancialmente melhorado na sua redação e organização interna e cujo ponto essencial é o incentivo ao investimento.

Aproveito para informar que foi feita uma ação de reversão para a Câmara de alguns lotes que estavam cedidos a entidades que não os utilizavam. A curto prazo, logo que este regulamento seja aprovado, colocaremos a concurso 15 lotes para investimento, o que permitirá dar uma nova vida ao funcionamento do parque industrial.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Boa noite senhor presidente da Mesa, Exma. Câmara, senhores deputados. Verificámos que este regulamento do parque industrial vem revogar quase na íntegra o regulamento existente chamado «Regulamento de Cedência de Espaços de Terreno da Zona Industrial de Angra do Heroísmo».

Verificou-se também que foi pedido um parecer à Câmara do Comércio sobre o dito regulamento; nesse parecer a CCAH fez uma série de chamadas de atenção que não foram tidas em conta aquando da elaboração desta proposta de regulamento e gostaria que o senhor presidente nos explicasse porquê.

Uma das propostas que mais chama a atenção tem a ver com os prazos para o início da construção porque a Câmara do Comércio propõe prazos muito superiores aos contemplados nos artigos 5º, 6º e 16º do diploma.

Sr. presidente da Câmara: – Houve 3 grupos de questões colocadas pela Câmara do Comércio que não foram consideradas e a primeira tem a ver com a não atualização em função da inflação do preço do terreno. A Câmara do Comércio preferia que o valor se mantivesse fixo, o que não aceitámos por se tratar de um bem público que deve ser vendido por um preço justo e razoável e não devemos criar aqui uma transferência de bens públicos para privados sem o necessário controlo.

A segunda questão, e talvez a mais importante, tem a ver com prazos. Houve um conjunto de investidores que compraram lotes e, nesta altura, lotes vazios no sentido físico, é o que menos falta.

Pretende-se acelerar o investimento e impedir que as pessoas comprem lotes e os guardem para fins de comércio imobiliário, porque o parque industrial se destina ao investimento; os investidores devem adquirir os seus lotes quando souberem exatamente que projeto pretendem e não são necessários prazos de 3 anos para os concretizarem.

As questões de licenciamento estão, em boa parte, ultrapassadas, porque a Câmara Municipal tem dado prioridade a tudo o que tenha valor económico e todas as situações de investimento são tratadas com máxima prioridade; estamos a conseguir responder porque o Governo da República e o Governo Regional alteraram as formas de licenciamento e criaram o «licenciamento zero».

Quem quer investir deve apenas comprar um lote logo que saiba o que pretende fazer, porque os lotes não devem permanecer devolutos durante 3 anos à espera de melhores ocasiões de mercado. O parque industrial serve para investimento produtivo imediato e não para especulação imobiliária. Foram essas as razões que levaram à não-aceitação das questões colocadas pela Câmara do Comércio.

A terceira razão tem a ver com a criação de um regime transitório de investimento, ou seja, a Câmara do Comércio pretendia que o incentivo que está criado até 2017 fosse permanente mas não parece muito legítimo que neste momento e neste mandato se tomem decisões dessa natureza para mandatos futuros porque, quem governar a autarquia nessa altura, deverá renovar esse incentivo se assim o entender.

A gestão futura da autarquia não deve ficar presa a isto e não devem ser criadas expectativas que poderão não se vir a concretizar. Em 2019 ou 2020 se verá em que estado se encontra a economia, qual a vontade desta assembleia sobre essa questão e nada obsta a que, em devido tempo, se prolongue o regime de incentivos, se assim se achar necessário.

Não devem ser criadas situações *ad eternum* cuja revogação se transformará num problema, porque alguém virá sempre alegar que tinha justas expectativas de fazer o que quer que seja e não o fez porque alguém revogou a meio do percurso.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Há uma questão de menor importância levantada pela Câmara do Comércio no nº 1 do artigo 8º, quanto ao resgate, que poderá ser impertinente. A Câmara pode rescindir unilateralmente o contrato mediante o pagamento de uma justa indemnização. O que se entende por «justa indemnização» e como será definida?

Sr. presidente da Câmara: – Essa indemnização terá que ser definida nos termos gerais de direito. Não vale a pena criarmos fórmulas de indemnização porque poderá tratar-se de um lote devoluto, de um lote com uma construção valiosa ou de um outro com um palheiro qualquer.

As indemnizações serão calculadas de acordo com o que a lei define para essa matéria e devem ficar em aberto para que a Câmara, em função de cada caso, as possa estabelecer de acordo com a lei. Esse resgate tem carácter excepcional e só deve ser feito em casos de flagrante violação das regras. Não devem ser estabelecidas regras que depois impeçam a autarquia de agir na defesa do interesse público.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O CDS-PP percebe a preocupação de incentivo ao investimento e a criação de postos de trabalho no concelho e compreende também a revogação deste regulamento com a introdução de algumas alterações de fundo, para além dos 12 meses de obrigatoriedade de prazo máximo para início de construção após a aquisição...

Sr. presidente da Câmara: – ...Ou arrendamento. Qualquer uma das formas de propriedade.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Penso que não foi referido o tal desconto de 50% tanto na aquisição como no arrendamento até 2017. Nessa lógica damos o benefício da dúvida quanto à eficácia da medida porque alguém poderá não ter dinheiro para investir e estaremos cá para ver.

Sr. presidente da Câmara: – Cá estaremos para ver o que acontece e eu também tenho dúvidas; há um líder da sua coligação que só tem certezas mas eu não tenho esse dom.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Oh, senhor presidente! Apesar do avançado da hora, comparar-me ao Cavaco é um bocadinho demeritório; pelo amor de Deus!... Ah! Agora não se chama desmaio; chama-se «Síndrome Vaso Vagal».

Para quem não tem dinheiro para investir, dez vezes zero é zero e cinco vezes zero continua a ser zero. Se não há capacidade de investimento, penso que não será pela via do desconto que se vai conseguir esse estímulo.

Se a vontade dos 50% de desconto é sincera, encurtando o prazo para os 12 meses, mesmo com uma via verde e sabendo o senhor presidente que estes lotes estiveram indisponíveis durante muito tempo, vão ser disponibilizados por via da aprovação deste regulamento e são apenas 15...

Sr. presidente da Câmara: – São muitos e há gente em lista de espera.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Está a dar-me razão. Imagine que alguém inicie ali uma atividade num espaço relativamente curto e não consiga licenciar o processo e iniciar a construção em 12 meses, automaticamente vai buscar-lhe 30% do que ele pagou à Câmara.

No artigo 16 refere que será devolvido 50% do preço cobrado aquando a aquisição do lote mas, se calhar, seria mais sensato esperar-se pela construção. Pelo que consigo perceber, a Câmara devolve os 50% no momento da compra...

Sr. presidente da Câmara: – O valor é pago inicialmente e a Câmara devolve se as obras forem concluídas dentro do prazo...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Aqui é referido aquando a aquisição do lote.

Sr. presidente da Câmara: – É devolvido 50% do valor pago aquando a aquisição do lote se a pessoa cumprir.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não está claro aqui. Talvez esteja entre linhas ou a minha graduação não é suficiente...

Sr. presidente da Câmara: – A intenção é essa e isso foi verificado pela área jurídica.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Agradecia que me dissesse onde isso está clarificado porque não consegui perceber.

Também temos alguma preocupação em relação às injustiças que possam surgir, caso alguém pretenda investir na mesma área de atividade. Quem já lá estava e mal consegue sobreviver à crise terá que competir com quem iniciar a sua atividade e beneficie de uma redução de 50% no valor da renda.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Parece-me que a Câmara do Comércio propõe um prazo de 24 meses para iniciar e 48 meses para concluir e o regulamento reduz 12 meses em cada uma dessas etapas.

Tendo alguma experiência na execução de alguns projetos novos, principalmente quando se trata de iniciativas submetidas a candidaturas a apoios de diversos programas da comunidade europeia, não seria de estranhar que, depois de submetida a intenção, tivesse uma aprovação passados 2 ou 3 anos mas também me parece que o próprio regulamento salvaguarda essas situações na alínea seguinte: «*Os prazos previstos no número anterior só podem ser ultrapassados, comprovando circunstâncias alheias à vontade dos interessados.*» Assim sendo, o regulamento acaba por se assemelhar à proposta da Câmara do Comércio.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.

1.4 – Regulamento de utilização das instalações desportivas municipais, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Boa noite senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A Câmara Municipal traz hoje à Assembleia Municipal uma proposta de regulamento de utilização das instalações desportivas municipais que, no fundo, é o regulamento do Parque Desportivo Municipal e vem na sequência do compromisso eleitoral e do compromisso assumido em execução de mandato na altura da atribuição dos primeiros apoios às coletividades desportivas em que se anunciava já a criação deste parque desportivo por deliberação da Câmara e que agora é regulamentado para salvaguardar algumas situações que consideramos essenciais.

Criámos uma equipa de gestão do parque desportivo nomeando um gestor do parque e responsáveis por cada uma das instalações desportivas que ficam com a responsabilidade de acompanharem tudo o que é realizado em termos de utilização e toda a evolução de degradação do parque desportivo, responsabilizando-se pela sua conservação e manutenção.

Este regulamento dá uma clara prioridade à dinamização das ocupações dos espaços. Com a centralização da gestão, pretende-se aproveitar melhor todos os espaços integrados neste

parque composto pelas infraestruturas do município e pelas pertencentes às juntas de freguesia e às coletividades desportivas que apresentaram requerimentos dentro do prazo que foi publicitado no jornal Diário Insular.

Este regulamento dará prioridade a uma boa utilização do espaço e à rentabilização social, respondendo às solicitações dos munícipes, não apenas aos que estão organizados através de clubes ou associações, mas também aos grupos informais que pretendem praticar desporto nos vários espaços do município, fixando também as regras de utilização dos mesmos.

Sra. d. m. Alódia Silva: – O artigo 11º permite ao município de Angra revogar autorizações previamente concedidas com um prazo de notificação de 24 horas; caso isto aconteça, o grupo de utentes prejudicados deve ser compensado com novo tempo de utilização.

Sei que foi aprovada em reunião de Câmara uma redução de 50% nestes casos, que não está aqui contemplada, e nós propomos que a utilização seguinte seja gratuita. Em reunião de Câmara foi proposto que, havendo uma situação prevista no nº 2 do artigo 11º, haveria uma redução de 50% nestes casos e gostaria que o senhor vereador me confirmasse isso.

Sr. vereador Guido Teles: – Confirmo. Foi, de facto, falado em reunião de Câmara, houve um lapso na redação final do documento, vamos preparar uma nova redação para esse número e propô-la para aprovação da Assembleia se os senhores líderes dos grupos municipais estiverem de acordo.

Sra. d. m. Alódia Silva: – O diploma não terá que regressar à Câmara e vir novamente à Assembleia? Propomos que, no caso de a Câmara revogar as autorizações por sua livre iniciativa, resultando algum prejuízo para o utente utilizador, a concessão seguinte seja gratuita.

Sr. presidente da Mesa: – Se a Câmara aceitar consensualmente a proposta, a Assembleia pode aprovar com essa alteração.

Sr. presidente da Câmara: – O presidente da Câmara e os senhores vereadores aceitam.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Quero salientar que esta a proposta do regulamento de utilização das instalações desportivas municipais é um trabalho muito bem feito e o grupo municipal do CDS-PP votará favoravelmente esta iniciativa.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação com as alterações propostas, o Regulamento de Utilização das Instalações Desportivas Municipais, constante do Ponto 1.4, foi aprovado por unanimidade.

1.5 – Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Pretendo dar uma informação prévia relacionada com um erro de distribuição de documentos que me cabe resolver. Na reunião de Câmara optou-se por aprovar a substituição integral do documento e não, a alteração. Por lapso, um regulamento foi colocado 2 vezes no servidor e não o que deveria ter sido, erro pelo qual me penitencio.

Do ponto de vista da substância, as alterações são as que aí estão e, do ponto de vista formal, creio que já foi entregue um documento aos senhores líderes dos grupos municipais com a substituição integral dos regulamentos anteriores.

Sr. vereador Guido Teles: – As alterações ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas decorrem de uma feita pela Federação Portuguesa de Futebol das regras aplicáveis aos quadros competitivos que data do ano passado, da qual

fizemos uma adaptação dos critérios de cálculo dos apoios a atribuir em função dessa alteração.

Previmos também um alargamento da abrangência do âmbito subjetivo do regulamento, prevendo que, associações e clubes sediados no concelho da Praia da Vitória que tenham mais de 65% de praticantes residentes no concelho de Angra e cujo âmbito de ação incida no nosso concelho, passem a estar abrangidos por este regulamento.

Um dos objetivos anunciados em época eleitoral, que constava do nosso projeto e tinha sido anunciado em execução de mandato, vai no sentido de prever uma fase de candidaturas para que sejam depois anunciados os valores indicativos ou aproximados que serão atribuídos nas fases regulares de apoio que serão abertas no período que antecede o início das épocas anuais e bienais.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Este é um documento que nos chega às mãos «quase» bem feito e o «quase» prende-se com esta especificidade que o senhor vereador Guido Teles acabou de referir a respeito da alínea a) do nº 2 do artigo 5º. Já agora, convinha que fossem corrigidos alguns erros de ortografia para efeitos de publicação no site da Câmara.

Ora bem: «*Clubes sediados no concelho da Praia, mais de 65% de praticantes residentes em Angra que exerçam parte significativa da sua atividade neste concelho.*» Se fossem 69, citaria Mota Amaral; não sendo, isto suscita-me grandes curiosidades.

Estabeleci alguns contactos com vários clubes da Praia da Vitória e, nem de longe de perto, tem mais de 65% de praticantes residentes no concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara: – A Associação de Ciclismo da Ilha Terceira e a Casa do Povo dos Biscoitos que tem os meus compatriotas dos Altares.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Para além disso é também um pouco estranho este acrescento que é o facto de exercer parte significativa da sua atividade no concelho de Angra.

Sr. presidente da Câmara: – Não vamos financiar a atividade na Praia.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Então há um contrassenso, senhor presidente. Há apenas 1 ou 2 clubes na Praia da Vitória que podem ser beneficiados. Quanto a nós, abre-se o que poderá vir a ser um mau precedente porque a Câmara Municipal da Praia da Vitória, dada a sua conjuntura, desde há 2 anos não dá um único cêntimo de apoio a qualquer clube ou atleta individual do concelho, pelo menos pelo que me foi dito pelos clubes que contactei.

Daqui a dias, algum clube de Ponta Delgada pode pedir apoio à Câmara Municipal de Angra argumentando que mais de 65% dos seus atletas são de Angra e estão lá a estudar. Por este caminho, qualquer dia aprovaremos uma alteração para apoiarmos todos os atletas naturais do concelho que estejam deslocados.

Tenho a sensação de que, mais do que um número curioso, estes 65% são um gato escondido com o rabo de fora. Preciso de alguns esclarecimentos adicionais relativamente a esta norma. Porquê 65% e não outro número qualquer e qual a razão para apoiarmos clubes da Praia da vitória?

Sr. vereador Guido Teles: – Considerámos que este número seria adequado para o efeito. Acontece que a Câmara Municipal hoje, não através do regulamento de apoio aos atletas individuais e às coletividades desportivas, mas porque teve que ser atribuído através do regulamento geral de apoio à atividade de interesses municipais, acabou por ter que apoiar a Associação «Fontinhas Ativa» visto que, mais de metade dos elementos que praticam ciclismo nesse clube, residem em Angra e temos o caso da Casa do Povo dos Biscoitos como referiu o senhor presidente da Câmara. Considerámos os 65% uma percentagem adequada porque foi encontrada com base nesses exemplos.

O facto de se prever aqui um critério cumulativo do exercício da atividade significativa no concelho de Angra serve para restringir a possibilidade de abusos. Não consideramos justo que se deixe de atribuir apoio a clubes sediados no concelho da Praia compostos por atletas residentes em Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara: – Digo ao senhor deputado que não vale a pena estar com suspeições, porque esta Câmara orgulha-se de ser composta por gente séria e de partilhar estas questões com todos os partidos, incluindo o seu. Esteja descansado que não há lavagens de dinheiro; sei do que falo, porque também ouço. Se o senhor deputado tem esse tipo de suspeições, elas não são aqui bem-vindas nem fazem sentido.

Em primeiro lugar, apenas serão atribuídos apoios que sejam discutidos por todos os vereadores de todos os partidos e o facto de estar previsto no regulamento não quer dizer que se atribua *ipso facto*. Segundo, não temos vocação imperial nem pactuamos com quaisquer suspeições, porque não são elegantes nem agradáveis.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – É certo que a hora vai adiantada mas ninguém me ouviu falar de suspeições, lavagens de dinheiro, imperialismos nem algo parecido, senhor presidente. Usando a sua terminologia desta noite, não sei quais as razões da azia.

Fiz perguntas que me foram respondidas pelo senhor vereador Guido Teles mas continuo a achar que há uma contradição porque a maioria das atividades desenvolvidas pela coletividade dos Biscoitos ou pela associação das Fontinhas não são desenvolvidas no concelho de Angra e uma norma cumulativamente com a outra gera alguma contradição. Se estas coletividades têm mais de 65% dos seus atletas residentes no concelho de Angra acabam por não ser apoiadas porque depois não exercem parte significativa da sua atividade no concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Quando não exercerem, não são apoiadas.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Assim cria-se aqui uma dificuldade de aplicação deste regulamento relativamente a estes casos, além de estarmos a criar um precedente grave. Daqui a dias, como os clubes da Praia que não têm o apoio da sua Câmara Municipal, passarão a assediar os atletas de Angra e corremos o risco de ficar sem clubes no nosso concelho. Este precedente não é benéfico para a prática desportiva e para o relacionamento intermunicipal.

Não é por suspeição de coisíssima nenhuma mas continuamos a achar estranho porque não faz sentido que apoiemos coletividades que não pertençam ao concelho de Angra; com o devido respeito, a Câmara da Praia da Vitória que as apoie, assim como nós fazemos o esforço para apoiar os nossos atletas e coletividades porque estamos de boa saúde financeira como disse o senhor presidente.

Este regulamento está bem feito, exceto esta parte e julgo que talvez tenha faltado aqui o apoio à arbitragem que é parte fundamental da atividade desportiva. Como sabemos, sem árbitros não há desporto e os árbitros são sempre esquecidos nestas vertentes.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara terá que verificar que ambas as alíneas sejam cumpridas. Se a atividade não for desenvolvida no concelho de Angra não poderá ser apoiada. Temos um Conselho Municipal do Desporto que apreciará os apoios e dirá de sua justiça, nada será feito às escondidas porque temos uma Câmara com vereadores de todos os partidos, estão todos sentados no Conselho Municipal do Desporto e terão a possibilidade de ver e de dizer.

O que se pretende claramente é apoiar atletas de Angra que, por razões de enquadramento federativo ou outras, estejam obrigados a participar em clubes sediados fora do concelho desde que a atividade seja maioritariamente feita em Angra; isso já foi feito porque foi necessário e verificaram-se cumulativamente essas duas razões.

Essa matéria foi analisada por mim e por todos os senhores vereadores. Não tenha medo porque não há gato escondido com o rabo de fora; o gato está à vista para que todos o vejam e essa matéria será sempre discutida à vista de todos.

Sr. d. m. Francisco Santos: – Boa noite senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Agradeço ao senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo por nos ter recebido e agradeço também as palavras proferidas há pouco pelo senhor deputado João Santos e pelo senhor presidente da Câmara em relação à situação dos Salgueiros.

Em relação ao assunto em discussão, percebo a intenção do senhor vereador Guido Teles mas também sou contra o apoio a coletividades que não pertençam ao concelho de Angra do Heroísmo, embora perceba a ideia dos 65%. Acho que apenas deviam ser apoiadas as atividades do nosso concelho e não da Praia da Vitória ou de outro concelho qualquer.

Sr. vereador Guido Teles: – As opiniões podem divergir dependendo da perspetiva de cada um mas as coletividades são compostas por pessoas e estamos aqui para apoiar os munícipes de Angra, independentemente da localização da coletividade onde estejam inscritos.

Mantenho a minha posição que me parece correta, atendendo ao facto de ter sido aceite por unanimidade no Conselho Municipal do Desporto.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Continuo com dúvidas a respeito disto porque podemos ter atletas inscritos em Lisboa ou noutra ilha qualquer do arquipélago e exercerem alguma atividade aqui por não termos todas as modalidades ou instituições representadas. Isto implicaria que, provavelmente teríamos que apoiar outras instituições fora da ilha ou do arquipélago.

Concordo que devemos apoiar os atletas do concelho mas depois vai falhar alguma coisa no que respeita à lógica da distribuição e do local onde estão sediados porque não é só na Praia da Vitória. Não temos atletas que fazem parte de associações noutras ilhas?

Sr. presidente da Câmara: – Os transportes aéreos não permitem que venham regularmente praticar desporto no concelho.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Independentemente disso há aqui uma questão de clarificação. O que significa «regularmente»?

Sr. presidente da Câmara: – Quando a Câmara Municipal e o Conselho Municipal do Desporto considerarem que a prática é feita regularmente, que é significativo e que o concelho verifique que há interesse em apoiar. Tudo isto é muito claro e não se trata de um jogo de semântica. Se assim o entenderem, a Câmara Municipal e o Conselho Municipal do Desporto, todos os clubes do concelho devem ser apoiados.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – O regulamento é para ser lido por qualquer cidadão e não propriamente por quem o elaborou e, ao ser tornado público, poderá suscitar diferentes interpretações. Há aqui questões demasiado vagas relativas aos apoios concedidos fora do concelho e é necessário clarificar alguns pontos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Também fico com dúvidas de interpretação deste ponto do documento porque há que estabelecer uma diferença entre o apoio a atletas individuais e a clubes e coletividades. Também me parece bastante duvidoso que a Câmara de Angra apoie as chamadas entidades sediadas fora do concelho como é referido aqui no articulado do texto.

Temos aqui presente o presidente do Sport Clube Angrense que, certamente não gostaria que a Câmara Municipal do seu concelho apoiasse o Sport Clube Praiense, caso este tivesse 65% de atletas residentes no concelho de Angra.

Este ponto suscita-nos algumas dúvidas porque todos lidamos com verbas limitadas que são desejadas por um leque grande de pretendentes. O PSD vai-se abster na votação deste regulamento pelas dúvidas acerca deste ponto.

Entendemos que o regulamento está bem estruturado; é necessário e válido no seu todo mas é importante que todas estas nossas ressalvas fiquem em ata, para que mais tarde não se diga que ninguém levantou o problema, caso isto dê alguma confusão.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais, constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, (23 do PS e 1 do d. m. independente), 13 abstenções, (9 do PSD e 4 do CDS-PP) e 1 voto contra do PSD.

1.6 – Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromisso plurianual no âmbito da compra pelo Município, do direito de superfície do prédio edificado no lote 13 da Zona Industrial de Angra do Heroísmo, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara: – Pretende-se adquirir o lote e o edifício contíguo ao chamado armazém das Sanjoaninas, para permitir a deslocalização para aquele sítio das oficinas que se encontram atrás da antiga central da EDA num edifício que, para além de ter um teto de amianto a desfazer-se, não apresenta as condições mínimas de funcionamento. Pretende-se juntar ali outros serviços relacionados com questões oficinais, ferramentas e equipamentos da Câmara.

O armazém das Sanjoaninas é pouco utilizado durante a maior parte do ano e tem um conjunto de escritórios que nunca foram utilizados que podem servir para instalar a gestão de stocks e outras atividades do setor operacional da Câmara.

Pretende-se juntar os 2 lotes, aproveitar ao edifício que já lá existe com todas as condições para uma boa oficina, criar a ligação entre os 2 num futuro próximo através de um armazém metálico, o que permitirá concentrar a generalidade da atividade operacional oficial da Câmara num único local, libertando espaço na zona central da cidade.

Numa primeira fase será encerrado o edifício abaixo da antiga central da EDA que se encontra num estado lamentável de conservação e impossível de reparar porque o edifício está para além do que é possível salvar do ponto de vista económico.

Quando as condições do mercado imobiliário se tornarem favoráveis e depois de ser devidamente limpo, será possível à Câmara alienar aquele lote para outros investimentos na cidade racionalizando a atividade municipal de uma maneira que agora não é possível.

A razão pela qual se pede aqui a repartição de encargos tem a ver com eventuais dificuldades na elaboração da escritura. A Câmara tinha a possibilidade de pagar a pronto os 300 mil euros em que o imóvel foi avaliado mas teremos questões relacionadas com a escritura que levarão a que parte desse compromisso tenha que ser cumprido apenas no ano que vem. É necessária esta autorização para que não haja engulhos futuros no caso da impossibilidade de se fazer toda a operação imobiliária no ano corrente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Reconhecemos a importância da aquisição do edifício ao lado do que é já propriedade da Câmara Municipal; reconhecemos também a bondade das suas intenções que são justas e bem apresentadas por si, mas há uma questão que gostaríamos de ver melhor esclarecida quanto ao valor do imóvel e aos pareceres que nos foram fornecidos como documentação de apoio a esta Assembleia Municipal.

Um destes pareceres é de um funcionário do quadro da Câmara Municipal e não se encontra timbrado. Não sei se esse funcionário pode elaborar pareceres como independente ou se ele se encontra em regime de exclusividade porque este parece mais um parecer do comprador.

Temos outro parecer que é o parecer do vendedor mas falta-nos um parecer de uma entidade independente que nos dê uma noção mais liberta de interesses e de um valor mais justo e mais enquadrado no mercado do imóvel a adquirir, sem querer dizer que estes valores não o sejam porque até são próximos.

Haveria um terceiro parecer que foi a reunião de Câmara e foi retirado; gostaria que o senhor presidente nos explicasse os motivos dessa retirada e porque não há um terceiro parecer independente.

Gostaria também de saber se o funcionário da Câmara, que é engenheiro e emitiu um parecer, tem autorização para a acumulação de funções e se pode trabalhar em simultâneo como privado e para a Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – As avaliações cumprem os objetivos traçados pela Câmara e as questões de natureza legal. Foram feitas por pessoas devidamente avaliadas e aceites por ambas as partes por isso não foi necessário recorrer a nenhuma arbitragem. O quantitativo em causa foi considerado por nós adequado; esta matéria vem a esta Assembleia apenas por causa da questão da repartição de encargos; caso contrário, seria da competência exclusiva da Câmara, neste caso, da competência exclusiva do presidente da Câmara. Creio que a avaliação está bem feita e nenhum dos funcionários em causa está em violação do que quer que seja.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Há uma coisa que caiu em desuso há uns anos e que se chama «cambão» e o senhor presidente da Câmara deve saber o que é.

Sr. presidente da Câmara: – Não há nada cambado aqui; está tudo direitinho.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Ambas as partes poderão estar de acordo mas esse acordo poderá não estar em linha com o interesse público. Como falamos de uma compra e venda de um imóvel pelo município com dinheiros públicos, é necessário um parecer independente porque podemos combinar entre nós o valor do negócio, chegamos a acordo, o valor fica decidido sem qualquer avaliação independente e a isto chama-se «cambão».

Já agora, gostaria de saber porque é que os 2 pareceres que foram à reunião de Câmara não são os mesmos que estão aqui; aparece o parecer do engenheiro Paulo Raimundo e desaparece o do engenheiro Miguel Borba. Gostaria de saber porque é que estamos a analisar conteúdos diferentes do que foi aprovado em reunião de Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Para dizer a verdade, não tinha reparado que o parecer não constava mas os senhores conhecem-no; provavelmente terá havido um erro mas não reparei nisso e não dei qualquer orientação no sentido de ser retirado qualquer parecer.

Aqui não há qualquer cambão, o que implicaria menos seriedade de ambas as partes e não é o caso; há aqui apenas a defesa do interesse público até aos limites que a lei permite e o acordo direto entre as partes pode e deve ser feito. No que me diz respeito e diz respeito a esta Câmara, somos pessoas sérias e assim reputo também o engenheiro Brito do Rio.

Os pareceres serviram para que balizássemos o valor do imóvel em questão que foi fixado nesse contexto e aceite por ambas as partes. Como é público e patente, não há qualquer desvio em relação ao valor do mercado e a negociação foi feita com toda a lisura e transparência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Oh, senhor presidente da Câmara; para usar um termo que está na moda, «à mulher de César não basta ser séria, tem também que o parecer» e ninguém é sério por afirmá-lo. Como se trata de dinheiros e bens públicos e para que não se levantassem questões, havia todo o interesse em que o senhor presidente da Câmara, experiente como é, se

tivesse feito munir de um parecer independente até porque, tendo em conta que o terceiro parecer foi elaborado por um deputado da bancada do PS, também não é independente.

Vai desculpar-me mas têm havido demasiados lapsos e faltas de cuidado em sucessivas reuniões da Assembleia Municipal; ora faltam documentos ou são entregues demasiado tarde ora há incorreções nas redações e peço-lhe um pouco mais de cuidado nestas questões que, parecendo de menor importância, não o são.

Todos queremos acreditar que ninguém é mais sério que ninguém mas o país está cheio de exemplos de situações que correm mal e aqui em Angra devemos dar o exemplo de como as coisas devem ser feitas. Neste caso seria essencial um parecer de uma entidade independente para a compra deste imóvel que tem muita utilidade para a Câmara conforme o senhor presidente explicou e muito bem.

Sr. presidente da Câmara: – Espero que as questões de seriedade não se coloquem. Estou a dizer-lhe que não há aqui qualquer falta de seriedade, porque existe toda a transparência neste negócio; volto a afirmar que não há nada que se desvie do valor do mercado e desse imóvel.

Quanto ao facto de colocar ou não colocar o parecer, às vezes acontecem determinadas coisas que não gosto que aconteçam mas podem acontecer. Como o assunto não é muito urgente, creio que é melhor retirá-lo e fazê-lo regressar com todos os pareceres porque, da parte da Câmara, não há interesse que reste a mínima suspeita.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Uma interpelação à Mesa para agradecer ao senhor presidente da Câmara o cuidado de retirar esta proposta e fazê-la voltar à Assembleia reformulada de outra maneira.

Não se registaram mais intervenções a respeito do pedido constante do Ponto 1.6 que foi retirado por iniciativa da entidade proponente.

1.7 – Protocolo de cooperação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, a fim de delegar naquela Associação a responsabilidade do serviço de assistência a banhistas durante a época balnear que decorre de 15 de junho a 15 de setembro de cada ano. Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Este protocolo decorre de uma obrigação legal em possuir nadadores salvadores, para podermos hastear a bandeira azul. Dada a reputação e o bom trabalho que a Associação Humanitária dos Bombeiros de Angra tem feito ao longo dos anos e também graças à sua capacidade de gestão, experiência e resposta nestas situações, foi estabelecido um protocolo de cooperação que lhes atribui a responsabilidade da gestão dos nadadores salvadores do concelho de Angra para as próximas épocas balneares.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Na cláusula 5ª deste protocolo de cooperação, é estipulado um apoio financeiro ao segundo outorgante de 100 400,00 € por ano. Esse montante não será certamente para cumprir com as tarefas que fazem parte da cláusula nº 4 que são a instalação de material e equipamentos, a garantia e presença do nadador salvador, etc. Este montante destina-se à contratação dos nadadores salvadores?

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Foi o que eu disse; eles têm a obrigação de os contratar.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Neste protocolo de cooperação é referido que os bombeiros devem assegurar os nadadores salvadores mas não diz que os devem contratar. Tratando-se de nadadores voluntários não são necessários os 100 400,00 €; este montante é

para contratos e equivale mais ou menos ao que está estipulado aqui pelo número de nadadores salvadores por cada zona balnear.

A contratação de nadadores salvadores nas zonas balneares não concessionadas compete à entidade gestora dessa zona que é a Câmara Municipal; porque é que não pode contratar diretamente? Pode passar a contratação, através de um protocolo de cooperação com outra entidade, e não refere que os contrata?

Sr. presidente da Câmara: – O que está em causa é uma colaboração entre as duas partes que, no ano passado, foi feita com a Associação de Nadadores Salvadores com sede em Ponta Delgada. Está em causa o fornecimento de uma contrapartida em que a Câmara Municipal transfere uma quantia para os bombeiros que a vão gerir no âmbito das suas funções e assumem a responsabilidade de fornecerem a segurança nas praias, garantindo que as pessoas estarão lá a tempo, a operacionalidade dos meios de socorro e outras questões acessórias, além dos nadadores salvadores.

Os bombeiros terão a liberdade de fazerem a gestão da segurança das zonas balneares da maneira que entenderem, assim como o fez a associação dos nadadores salvadores o ano passado.

Nenhuma das zonas balneares do nosso concelho está concessionada e todas elas precisam de nadadores salvadores que deverão ser assegurados por uma entidade através de um protocolo com a autarquia.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Continuamos com o problema da contratação. Se os bombeiros contratam, não o podem fazer porque a contratação compete à entidade gestora da zona balnear; é o que está na lei. Sei que a Câmara não pode contratar porque é ilegal mas também é ilegal não contratar; o decreto é claríssimo e diz que a entidade gestora é que contrata. Não sei como devemos resolver isto mas não creio que esta solução seja clara.

Sr. presidente da Câmara: – É clara, viável, transparente e legal porque o decreto permite que se delegue em associações, à semelhança do procedimento adotado o ano passado. Conheço bem esse decreto legislativo regional, porque lidei com ele quando foi criado e sei que é assim.

Quem exerce as funções de nadador salvador deve estar devidamente certificado nos termos do regulamento e é necessária uma relação entre a entidade responsável e a entidade que exercerá essas funções que permita garantir o cumprimento rigoroso das regras de segurança nas praias; os bombeiros têm essas condições e podem fazer esse serviço muito melhor que outra qualquer associação de nadadores salvadores.

É preciso também não esquecer que as atuais regras do orçamento de Estado, surgidas depois do respetivo decreto, impediriam a contratação desses nadadores, o que levou a que todas as autarquias do país tivessem recorrido a diversas associações ou aos bombeiros que têm tradição na gestão e segurança nestas matérias. Creio que o nosso concelho fica muito mais bem servido ao entregar estes serviços a quem possui conhecimentos e pode cumprir.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Na cláusula 4ª do protocolo estabelecem-se os compromissos do segundo outorgante. Onde está a alínea correspondente à contratação dos nadadores salvadores?

Sr. presidente da Câmara: – Quando se diz que fornece o serviço de segurança e acompanhamento nas praias, significa que poderá contratar ou utilizar o seu próprio pessoal.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Qual é a alínea que refere a contratação?

Sr. presidente da Câmara: – Os nadadores salvadores foram contratados pelos bombeiros da maneira que estes assim o entenderam e a Câmara não contratou nem contratará qualquer

nadador salvador; poderá haver alguma imprecisão na redação mas isto foi verificado por ambas as partes. Não estamos a exigir que eles contratem os nadadores salvadores, porque podem fornecê-los mediante o seu pessoal.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Assim, os cem mil euros não serão necessários.

Sr. presidente da Câmara: – São necessários porque, mesmo os bombeiros, terão que ser pagos.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Porque é que a Câmara não assume incluir aqui uma alínea para a contratação de nadadores salvadores?

Sr. presidente da Câmara: – Poderia ter assumido se alguém tivesse reparado nisso. É um protocolo que teremos que assinar e visar com os bombeiros como este já o foi pela autoridade marítima.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Ou a Câmara assume que a legislação refere que a contratação dos nadadores salvadores é competência sua e não a transfere para os bombeiros através deste protocolo, e parece que não está disposta a fazê-lo, ou esquece o que está previsto na lei, fazendo uma interpretação diferente e transfere taxativamente a contratação para o protocolo, acrescentando uma alínea na cláusula 4ª.

Sr. presidente da Câmara: – É esse o objetivo. Verificaremos se assim terá que ser. O protocolo foi presente à Assembleia para ratificação, porque vale para os anos futuros e está em execução com toda a responsabilidade de fornecimento dos nadadores salvadores a cargo dos bombeiros, através de contratação ou cedência do seu pessoal, fato que não se torna relevante para a Câmara desde se encontrem devidamente certificados.

Se a introdução dessa alínea for necessária, assim o faremos porque é essa a intenção e assim deve ser entendido o protocolo. Que fique bem claro que a responsabilidade de fornecimento dos nadadores salvadores é assumida pelos bombeiros.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Boa noite senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Agradeço ao senhor Rui Lopes pela amabilidade em nos receber aqui na freguesia do Posto Santo.

Pelo que percebi, mesmo que sejam os bombeiros voluntários a fornecerem os nadadores salvadores como aqui está escrito, eles terão que ser pagos porque não farão voluntariado nesta situação; logo, os cem mil euros serão justificados.

Sr. presidente da Câmara: – Peço desculpa ao senhor presidente da Mesa pela interrupção mas creio que há discussões mais úteis do que esta, porque toda a gente percebeu quais são os objetivos e como o protocolo é feito; se tiver que ser, será corrigido para que fique claríssimo que os nadadores salvadores são fornecidos pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.

Se a redação levantar dúvidas, a Câmara fará a necessária correção e os bombeiros também não se importarão de a fazer porque este protocolo foi negociado publicamente e de boa-fé e ambas as partes conhecem as respetivas obrigações porque já as cumpriram no corrente ano.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Senhor presidente, não veja isto como uma crítica, porque se trata de uma questão de legalidade pura e simples. O problema é que as Câmaras foram apanhadas por uma lei que impede a contratação mas a lei que está em vigor ainda não foi alterada e diz que a contratação é feita pelas entidades gestoras das zonas balneares que, neste caso, são as câmaras municipais. Não estando aqui escrito que há contratação, quem tem que contratar é a Câmara Municipal.

O que me parece pertinente é que se faça uma proposta de alteração da lei porque, qualquer que seja a posição assumida, se se coloca aqui que há contratação, automaticamente nas zonas

balneares concessionadas, a contratação do nadador salvador compete aos respetivos concessionados, o que quer dizer que as zonas balneares foram concessionadas aos bombeiros.

Isto é um contrassenso e a lei tem que ser alterada. Para que fique uma no cravo, outra na ferradura, é bom colocar aqui a contratação porque, por mais bem-intencionados que estejamos, vamos aprovar uma ilegalidade.

Sr. presidente da Câmara: – Nós faremos uma transferência financeira e os bombeiros terão à sua responsabilidade toda a gestão logística da segurança nas praias, incluindo os nadadores salvadores legalmente certificados.

Não se registando mais intervenções, após votação, o Protocolo de Cooperação constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, (21 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do d. m. independente) e 11 abstenções do PSD.

1.8 – Proposta de designação dos elementos para constituição do júri do concurso para Chefe de Divisão Municipal de Resíduos e Logística dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para designação do citado júri, pelo órgão deliberativo, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – Na última orgânica aprovada fundiram-se duas divisões dos Serviços Municipalizados, uma de logística e outra relacionada com a gestão de resíduos. A orgânica previa que os titulares desses cargos se mantivessem em funções até ao termo dos seus mandatos, o que já aconteceu, tornando-se agora necessário proceder à nomeação de um dirigente para esta divisão, o que implica a constituição de um júri cuja proposta agora se apresenta.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara: – Tratando-se de pessoas bem conhecidas, acho que podemos dar por apresentados os 3 votos que se seguem. Todos os partidos presentes no executivo se reveem nos votos em causa que foram aprovados por unanimidade em reunião de Câmara

1.9 – Atribuição da Medalha de Mérito Cultural Municipal a Francisco Ferreira dos Santos (Ferreirinha das Bicas), a título póstumo, para aprovação do órgão deliberativo.

– Posto à votação por escrutínio secreto, o ponto 1.9 foi aprovado por maioria.

1.10 - Atribuição da Medalha de Mérito Profissional Municipal a Hermínio da Silveira Machado, pelo seu desempenho na atividade de motorista de táxi durante 40 anos na Ilha Terceira, para aprovação do órgão deliberativo.

– Posto à votação por escrutínio secreto, o ponto 1.10 foi aprovado por maioria.

Sr. d. m. José Santos (para uma declaração de voto): – Boa noite senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Embora vivamos numa democracia e cada um vota como entender, fiquei triste quando ouvi o senhor presidente da Mesa anunciar os resultados da votação.

O Ferreirinha das Bicas foi um marco importantíssimo desta ilha, do arquipélago e deste país e alguém, com o direito legítimo que lhe assiste, votou contra e houve uma abstenção. Como se dizia antigamente na minha freguesia, acho isto uma tristeza triste. Votarmos contra aquilo

que foi e é um símbolo imortal da cultura desta terra e dos Açores, é andar vários anos para trás.

1.11 – Voto de Congratulação a André Gunko pela sua participação na 17.ª edição do Eurovision Young Musicians, para aprovação do órgão deliberativo.

Não se registando quaisquer intervenções, após votação, o Voto constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Proposta que estabelece o regime de identificação dos Atos Normativos da Assembleia Municipal.

Não se registaram quaisquer intervenções. Após votação, a Proposta constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de ser criado um Mercado de produtos agrícolas.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Tendo pena de que não esteja presente o deputado municipal autor desta ideia, passo a fazer a sua apresentação. O nosso grupo propõe a criação de um mercado agrícola no centro da cidade, com uma eventual periodicidade semanal, à semelhança do que acontece noutras cidades europeias. Procura-se assim que os nossos produtores dêem a conhecer os seus produtos e se crie alguma animação no centro da cidade, que se tornará numa mais-valia para os locais e para os turistas que nos visitam.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de alguns esclarecimentos acerca desta proposta. Refere um dos considerandos a previsão de obras para o mercado duque de Bragança, o que significa que o mesmo não funcionará em pleno durante algum tempo. Está também prevista a construção do novo mercado municipal e suponho que não se encerrará o atual, enquanto o novo não estiver construído.

Falta saber se se pretende colocar este mercado de produtos agrícolas no edifício da chamada Casa do Chá, no último piso do silo automóvel a construir no local atual mercado municipal, como já deu a entender o senhor presidente da Câmara, ou se funcionará num conjunto de barraquinhas desmontáveis que a Câmara Municipal já terá encomendado, desconhecendo se já cá estão, ou ainda se será transitório ou permanente.

Recordo que existe um outro mercado de produtos agrícolas que funciona ao domingo na feira do gado sem quaisquer condições e que também tem instalações prometidas e atrasadas em fase de construção desde o tempo das calendas gregas.

Gostaria que me explicassem onde se encaixa em todo este enquadramento de mercados agrícolas, localizações e potencialidades, porque foi apresentado de forma muito vaga e não sabemos o que é.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Na proposta é referido que servirá para assegurar essa fase de transição dos mercados mas já fomos informados que não haverá propriamente essa transferência, logo a ideia é que seja permanente com periodicidade semanal.

Quanto à localização, a nossa ideia é que seja na Praça Velha, utilizando as barraquinhas que já foram encomendadas pela Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Da parte da Câmara há boa vontade e não precisa ser apenas no centro da cidade; já pensámos, por exemplo, na Praça de S. Sebastião mas a venda de produtos agrícolas pode decorrer periodicamente noutros locais do concelho porque temos um equipamento móvel que pode ser transportado e montado em qualquer sítio.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Esta proposta é um pouco *sui generis*. Até percebo que o Artur tenha feito isto no sentido de reproduzir o que se faz noutros países como a Holanda ou a Áustria. São mercados itinerantes com barraquinhas de montar e desmontar nos centros das cidades e os municípios têm a responsabilidade de fazerem a higienização.

Parece no entanto tratar-se de um *fait divers*, para dar a oportunidade ao senhor presidente da Câmara de dizer: «Eu até já tinha encomendado as minhas barraquinhas de montar e desmontar para o centro de Angra.» Parece que toda a proposta se refere a um contexto já assumido e esclarecido e já se tinha pensado nos moldes deste mercado.

O senhor presidente da Câmara tem imensas características, uma delas é a vidência e pensou: «Como vão apresentar uma proposta de mercado, vou antecipar-me e comprar as minhas barraquinhas de montar e desmontar.» Já me disse que até tem o *layout* escolhido, tipo aquelas *roulotezinhas*.

Este *fait divers* era perfeitamente desnecessário. A bancada municipal do PS deu-se ao trabalho e a um numerozinho destes ao apresentar uma proposta para o senhor presidente da Câmara dizer que, afinal, já tinha as barracas.

Aparte isso, levantam-se questões importantes e uma delas é dar dignidade a quem comercializa produtos hortícolas em Angra, porque há vendedores ambulantes espalhados por toda a cidade e são clandestinos. Há uma cegueira que se institucionalizou em relação a esta clandestinidade que, segundo parece agora, se vai oficializar. Falta saber se este mercado itinerante vai servir para albergar todo esse mercado clandestino de Angra que fazemos de conta que não existe.

Como o deputado Luís Rendeiro referiu e muito bem, todos sabemos que existe um mercado agrícola paralelo a funcionar no mercado do gado sem quaisquer condições higieno-sanitárias onde se vendem produtos alimentares misturados com todo o tipo de ambiência resultante do gado e nunca vi neste espaço a coragem política de dizer isto. Percebo a necessidade de um espaço para o comércio, que as pessoas se habituaram a ir ali e ninguém tenha a coragem política de o fazer, mas tem que ser.

Já agora, que me lembrou, continuo à espera do relatório das condições de higiene e sanidade do mercado duque de Bragança, resultado da tal visita da inspeção. Já fui convidada a ir buscá-lo ao seu gabinete, afinal não estava lá e nunca vi o resultado dessa inspeção.

Esta proposta levanta questões que gostaria de ver aqui esclarecidas nomeadamente em relação aos vendedores clandestinos e ao mercado agrícola que continua a funcionar no mercado do gado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD gosta de votar propostas claras. Se já existe uma decisão da Câmara em montar barraquinhas para mercados itinerantes espalhados por onde quiser, essa decisão é legítima mas lembro que estamos a discutir uma proposta do grupo municipal do Partido Socialista e não uma intenção da Câmara que, pelos vistos, já está quase concretizada.

Vamo-nos abster na votação desta proposta que é vaga e não diz exatamente o que é nem para que serve.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara não devia intervir na discussão desta proposta mas esclareço que não há nenhuma decisão sua sobre essa matéria. As barraquinhas em causa foram pensadas para vendas de Natal e outras coisas e não para produtos hortícolas.

Esta proposta foi feita independentemente pelo grupo municipal do PS; não estamos a decidir o que está decidido e o que a Câmara disse foi que as barraquinhas podem ser usadas para isso.

Quanto ao mercado que foi aqui referido, decorre numa área que está sob a gestão e competência da administração regional. É preciso não esquecer que o edifício para o chamado «mercado de domingo» está em vias de conclusão e espero que aquela atividade passe a ser exercida em melhores condições no edifício que para o efeito o Governo Regional está a construir. Essa questão diz respeito ao Governo e não carece de licenciamento municipal.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Podem não acreditar mas isto é uma feliz coincidência; não pode ser considerado um numerozinho entre o grupo municipal do PS e a Câmara, porque se trata de uma excelente ideia com vista à criação de propostas e alternativas para atrair as pessoas para o centro da cidade. Os produtos agrícolas são a nossa maior atividade económica mas as vendas podem alargar-se mais tarde ao artesanato e outras coisas.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, (22 do PS, 2 do PSD e 1 do d. m. independente) e 13 abstenções, (9 do PSD e 4 do CDS-PP).***

3.2 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de ser criado um Serviço Municipal de Apoio ao Empreendedorismo.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Boa noite senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, caros colegas. Esta proposta visa, acima de tudo, criar um serviço municipal de apoio ao empreendedorismo e também lamento que a senhora deputada municipal que a propôs não se encontre cá hoje.

Sabemos que este é um tema bastante batido e muitas pessoas talvez comecem a questionar se a palavra «empreendedorismo» não será um chavão mas parece-nos que nunca é demais referi-la porque os jovens empreendedores que tentam criar empresas e novas formas de negócio esbarram muitas vezes numa falta de informação centralizada.

Esta proposta pretende que a Câmara Municipal promova e apoie um serviço municipal a jovens empreendedores que pretendam desenvolver um negócio ou criar a sua empresa.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Aparentemente esta proposta é interessante, muito bem-intencionada e há virtudes mas é mais do mesmo, porque já estamos todos fartos de ouvir falar em empreendedorismo em todo o lado.

O modelo de operacionalização do serviço é que me parece estranho porque, para já, fica sob a supervisão direta de um senhor chamado PCMAH (presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo); não fica bem e deveriam ter escrito por extenso.

Há ainda uma coisa muito estranha: «... *um corpo técnico fixo integrado por técnicos dos quadros da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e para elementos a recrutar a título experimental.*» Este serviço tem uma estrutura bidimensional composta e eu não faço a mínima ideia o que isso é; «bidimensional» deve significar plano e «composta» deve querer dizer que está deitada no chão.

Isto não faz sentido nenhum; tenham santa paciência! Deviam explicar isto melhor porque faz sentido o apoio aos jovens empreendedores que tenham ideias mas os princípios estruturantes implicam que haja racionalidade. Se defendemos este princípio, esta proposta requer uma

avaliação custo/benefício; será que essa avaliação foi feita? Foi feito um estudo de mercado? Acho que não.

Isto faz-me confusão. Havendo estes serviços através da SDEA a 125 metros da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, não estão satisfeitos com as medidas da vice-presidência?

Sr. presidente da Câmara: – Não estão na tutela do PCMAH.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Isso é verdade mas parece-me que haverá aqui uma duplicação de entidades que, no fundo, estão de costas voltadas e esta proposta é difícil de perceber. Estou de acordo com os seus princípios mas não acho que isto se enquadre nos próprios princípios estruturantes que defende.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Já todos percebemos que há aqui alguns problemas de redação com as propostas do grupo municipal do Partido Socialista mas o grupo municipal do PSD simpatiza com a ideia.

Se nos abstrairmos um pouco da forma como isto está redigido, havia uma proposta da coligação «Por Angra» que se aproximava bastante a esta e defendia a aquisição e recuperação de um imóvel degradado desde o sismo de 1980 ou outro qualquer já pertença do município, onde fosse instalado um serviço com características deste género caso houvesse cabimento orçamental. Por termos defendido uma ideia bastante aproximada em campanha, vamos votar a favor esta proposta.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – É verdade que existem vários departamentos e gabinetes de apoio e a SDEA está ali ao lado mas não se trata apenas de uma questão de incentivo e os problemas burocráticos e legais não se prendem apenas com a obtenção de financiamento; é uma questão da legalização e reutilização de infraestruturas com vista a um serviço de maior proximidade que, por vezes, estes gabinetes de empreendedorismo não oferecem ao empreendedor.

O município conhece os equipamentos que possui que poderão ser disponibilizados para um jovem empreendedor, o que não acontece com a SDEA que se preocupa com sistemas de incentivo. Para os jovens empreendedores basta uma alteração do regulamento municipal para o mercado como aconteceu recentemente nesta Assembleia, que permita a venda de produtos processados.

Permitam-me discordar do deputado Luís Rendeiro mas isto não se aproxima da proposta apresentada em campanha porque a ideia seria um serviço de proximidade, daí a dependência direta do presidente da Câmara ou de outro vereador qualquer.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – O nosso partido vai votar a favor porque reconhecemos competências ao senhor PCMAH para dirigir uma coisa destas. Achamos que a proximidade é importante e é bom que haja alguém responsável, que dê a cara para que não passemos a vida com essas coisinhas de empreendedorismo.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a **Recomendação foi aprovada por unanimidade.***

3.3 – Recomendação do Partido Socialista no sentido se criada uma campanha Flores do Campo Embelezam a Cidade.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Esta recomendação traduz a nossa preocupação com as montras das lojas devolutas no centro da cidade que são cada vez mais. Pensámos numa campanha que incentivasse as pessoas a cuidarem dos jardins e a fazerem arranjos florais nas varandas, os fotografassem e enviassem para a Câmara Municipal. As melhores fotografias seriam selecionadas, ampliadas e colocadas nas montras da cidade, constando o nome do autor.

Não quero que pensem que esta iniciativa pretende esconder os podres criados pela crise mas é uma forma de minimizarmos o impacto negativo que essas montras devolutas têm causado na nossa cidade.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Esta é uma proposta verdadeiramente empreendedora e nunca pensei votar algo com este teor; é tão empreendedora e poética que faz com que os cidadãos limpem e embelezem os seus jardins como manda a lei e faz também com que estimulemos o fotógrafo que há em nós. Nunca se sabe se não iremos encontrar por aí alguns talentos escondidos. Depois, o senhor presidente da Câmara vai ter que medir ou mandar medir as montras devolutas para saber a medida certa do póster a colocar em cada uma. Tão previdente que o senhor presidente é, eventualmente já terá mandado encomendar o K-line para imprimir os pósteres que até devem vir nas medidas certas das montras devolutas.

Perante uma proposta desta natureza, não me restam grandes alternativas, senão citar uma ilustre açoriana: *«Há noites que são feitas dos meus braços e um silêncio comum às violetas e há sete luas que são sete traços de sete noites que nunca foram feitas.*

Há noites que levamos à cintura como um cinto de grandes borboletas e um risco a sangue na nossa carne escura de uma espada à bainha de um cometa.

Há noites que nos deixam para trás enrolados no nosso desencanto e cisnes brancos que só são iguais à mais longínqua onda de seu canto.

Há noites que nos levam para onde o fantasma de nós fica mais perto e é sempre a nossa voz que nos responde e só o nosso nome estava certo.

Há noites que são lírios e são feras e a nossa exatidão de rosa vil reconcilia no frio das esferas os astros que se olham de perfil.»

O Partido Socialista quer montras de lojas devolutas floridas, o CDS quer montras de lojas abertas e em funcionamento, geradoras de emprego e riqueza; com o devido respeito, é uma questão de princípio.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Queria chamar a atenção para esta proposta que me parece muito bondosa mas acaba por conter algumas alíneas confrangedoras. Percebe-se a bondade e o objetivo das intenções mas também se sente o drama de uma cidade doente sob o ponto de vista arquitetónico com algumas chagas por resolver há décadas e doente também porque atravessa graves dificuldades sob o ponto de vista económico e financeiro.

Arranjaram-se aqui estas pequenas panaceias, sobretudo as dos pontos 6, 7 e 8 que, de alguma maneira, procuram lançar um bálsamo ou uma maquilage para tapar as tristezas e os problemas graves, o que é dramático e me aflige porque andamos a brincar com isto quando, o melhor seria resolvê-las. É isso que um homem tão inteligente e prático como o senhor engenheiro civil Álamo de Meneses naturalmente sentirá, e estou convencido que, ao ler os pontos 6, 7 e 8, não pensará propriamente em camuflar as montras com florzinhas mas sim, na forma como resolver este problema das lojas abandonadas ou das casas por reconstruir, apesar da lei, em determinadas circunstâncias, obrigar os donos a fazê-lo.

Vou abster-me porque não me revejo na proposta, embora perceba a sua bondade e lembro que as feridas e tristezas que temos não serão resolvidas nos próximos tempos por mais mérito e inteligência com que a Câmara de Angra esteja a ser gerida neste momento.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Sem a voz radiofónica e poética do colega Pedro Ferreira, gostaria de dizer que me parece uma proposta bastante simples que não pretende camuflar nada e parte de um princípio muito simples, lançando a tal campanha fotográfica e levando a que os adeptos da fotografia retratem aspetos mais interessantes do nosso meio envolvente e tapem o que não gostamos de ver no dia-a-dia até que a situação se resolva.

Decerto, qualquer um de nós já se deparou com turistas a fotografarem aquele edifício do Pátio da Alfândega, cujas fotografias lhe deram um cariz completamente diferente, à semelhança do que puseram no edifício onde esteve a Singer enquanto esteve em obras. O mesmo aconteceu com o edifício em frente, abandonado há alguns anos, que acabou por dar outro aspeto à rua. Penso que se trata de uma iniciativa simples de custo relativamente reduzido com o mérito de reunir também alguma criatividade fotográfica e expor o que é nosso.

É evidente que todos nos sentimos entristecidos ao subirmos a rua do Galo ou a rua da Sé e vermos a quantidade de edifícios fechados porque a economia para aí os empurrou, mas parece-me um exagero que se leve isso para outro campo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É um facto que esta proposta do grupo municipal do Partido Socialista não faz mal a ninguém mas o que nos preocupa é que não venham do Partido Socialista propostas como as que são apresentadas pelo PSD e que são chumbadas quando procuram resolver os problemas graves referidos nos pontos 6, 7 e 8, tentando evitar lojas devolutas no centro de Angra, que o comércio local encerre e que haja degradação e descuido em lojas noutros quaisquer edifícios.

As propostas da oposição são chumbadas e aparecem do Partido Socialista estes paliativos em vez de propostas construtivas que possam ser aprovadas. Não faz mal nenhum tentar embelezar as coisas e esta questão das flores sempre é mais apelativa do que aqueles pósteres, fruto do professor Paulo Borges, que estiveram afixados por todo o lado o ano passado com monstros pré-históricos sem piada nenhuma; aquilo não interessava a ninguém nem embelezava o que quer que fosse.

Como disse o professor Manuel Conde, o que preocupa o Partido Social Democrata são os problemas de base que ainda existem, cicatrizes marcantes que se estão a agravar e parecem não preocupar os deputados municipais do Partido Socialista. Esta proposta não faz mal a ninguém mas também não tem utilidade nenhuma.

Sr. presidente da Câmara: – Não se está a agravar nada disso na nossa cidade porque, nas últimas semanas, abriram de novo, pelo menos 10 estabelecimentos. Ninguém está a tentar esconder nada, a cidade não morreu, é certo que há problemas mas ninguém os esconde.

Foram tomadas pela Câmara medidas no âmbito das taxas e de natureza fiscal por parte do Governo, de incentivo ao investimento nas lojas que, felizmente, têm permitido a materialização de iniciativas. Não devemos vir aqui com pessimismos porque há muitas lojas a abrir e esperemos que nos próximos meses se confirme que não é apenas uma questão sazonal.

A colocação de fotografias é típica de todas as cidades, seja com flores ou com outras imagens quaisquer. As cidades são organismos vivos, há sempre células que morrem, outras que nascem, todas têm prédios devolutos por esta ou aquela razão e merecem outra decoração. Isso acontece na nossa, como em qualquer cidade do mundo, não há mal nenhum que se ponham fotografias de flores e não percebo qual é o drama porque a cidade está bem e recomenda-se.

Sra. d. m. Marília Vargas: – O senhor deputado Luís Rendeiro referiu que esta ideia não faz mal a ninguém e se calhar até faz bem; não devemos pensar apenas em grandes projetos porque as pequenas coisas fazem toda a diferença. Pelos vistos, vão abrir 10 estabelecimentos, não queremos esconder nada, também estamos muito preocupados com o encerramento das lojas e esta pequena ideia pode fazer uma grande diferença.

Sr. presidente da Mesa: – Vamos passar à votação.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Eu tinha-me inscrito, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa: – Oh, senhora deputada; peço desculpa mas é demasiado tarde! Perguntei se não havia mais inscrições e a senhora estava à conversa com o senhor presidente da Câmara. Peço colaboração a sério das senhoras e senhores deputados. Faça favor.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Prescindo.

Sr. presidente da Mesa: – Oh, senhora deputada; não tenho a sua idade para estar aqui a brincar a estas horas! Se a senhora não tinha nada para dizer, não deveria ter interrompido a votação.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Eu tinha algo para dizer mas, depois da chamada de atenção que o senhor fez questão de me fazer... Parece que se vem tornando hábito! A gente passa a reunião lindamente e no fim é sempre comigo que acontece uma coisa qualquer.

(Risos na sala).

Estou a falar a sério! Quando o senhor deputado estava a falar eu inscrevi-me para lhe responder e ele deve ter-se apercebido da minha inscrição. Entretanto, o senhor deu a vez a outras pessoas e eu pensei que se tivessem inscrito antes de mim. É verdade que não tive o comportamento mais correto porque tive uma conversa paralela com o senhor presidente da Câmara mas prescindo porque está tudo dito. Muito obrigada.

Sr. presidente da Mesa: – Estamos conversados. Vamos fazer um esforço para que a reunião decorra da melhor forma.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.3 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, (23 do PS e 2 do PSD), 12 abstenções, (9 do PSD e 3 do CDS-PP) e 1 voto contra do CDS-PP.***

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma declaração de voto): – Faz-me muita confusão que na última reunião ordinária deste órgão municipal se tenha votado contra uma proposta que visava estudar e planear o futuro e o desenvolvimento do nosso concelho e agora se venha para aqui com uma brincadeirinha destas. Se querem colocar flores, coloquem-nas mas, propostas tipo *melhoral* que não fazem bem nem fazem mal, por uma questão de coerência, não merecem o meu voto a favor.

3.4 – Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo pelo título de Campeão Regional da terceira divisão nacional.

Sr. d. m. Rui Lopes: – O grupo municipal do PS vem propor a atribuição de um Voto de Louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, como forma de deixar registado o exemplo de desportivismo que deverá constituir uma referência para as gerações mais novas que iniciem o seu percurso desportivo.

Este voto contém os maiores desejos de felicidades ao longo da vida bem como o agradecimento pelo brilhante e extraordinário desempenho na conquista do título de Campeão Regional da III Divisão Nacional.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Com toda a naturalidade e alegria, o grupo municipal do PSD associa-se a este voto e vai votá-lo favoravelmente.

Quanto à condução dos trabalhos, senhor presidente, compreendo a dificuldade em gerir trabalhos a esta hora da noite mas a realização de assembleias municipais em horário pós laboral fora da sede do concelho tem destas coisas quando as agendas são longas e espera-se que a hora tardia não impeça o debate nem aligeire a forma como os temas devem ser tratados.

Sem me querer imiscuir nas suas tarefas, peço ao senhor presidente que, quando tiver que conduzir os trabalhos, não justifique o adiantado da hora porque, se algum debate necessitar de ser aprofundado...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro; eu não cortei a palavra a ninguém. A senhora deputada estava a conversar com o senhor presidente da Câmara à margem dos trabalhos e eu passei à votação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se me permite concluir, senhor presidente, eu não estava a falar do caso específico que aconteceu há pouco; referia-me ao argumento do adiantado da hora que já foi utilizado por várias vezes em debates anteriores.

Eu também defendo que se realizem reuniões da Assembleia Municipal fora da sede do concelho mas, quando acontecem em horário noturno com agendas longas, corremos o risco de acabarem tarde e isso não deve impedir o debate dos assuntos com a devida profundidade. Era apenas esse o comentário que pretendia fazer. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro; não cortei a palavra a ninguém, antes pelo contrário. No decurso dos trabalhos, foi dada a possibilidade às pessoas de intervirem, por vezes ultrapassando o tempo limite. Não houve qualquer tipo de condicionalismos da parte de quem conduz os trabalhos por causa da hora; apenas pedi colaboração e contenção por parte das senhoras e senhores deputados.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Apenas para associar o grupo municipal do CDS-PP a este voto de louvor ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, uma coletividade desportiva que tem dado passos tão interessantes nas conquistas desta natureza e teve uma evolução significativa, nomeadamente na área do Futsal desde que a modalidade surgiu há uns anos nos quadros competitivos da ilha Terceira.

Confesso que se poderá dever a ignorância da minha parte mas não sei como se é campeão regional de uma III divisão nacional; penso que poderá haver aqui algum erro.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o **Voto de Louvor constante do Ponto 3.4 foi aprovado por unanimidade** com a recomendação final do senhor d. m. Pedro Ferreira.*

3.5 – Voto de Congratulação ao Boavista Club da Ribeirinha pela conquista do título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Mesa: – Vou ler o voto de acordo com o que determina o regimento.

«O Boavista Club da Ribeirinha foi fundado em 25 de Abril de 1987, tendo comemorado no dia 25 de Abril de 2012 as suas Bodas de Prata.

Ao longo dos seus 27 anos de existência alcançou momentos de glória e êxitos desportivos, quer através da sua equipa principal de futebol, quer através dos seus escalões de formação, graças ao esforço e dedicação dos seus dirigentes, colaboradores, atletas, associados e simpatizantes.

Para além das conquistas no futebol sénior, é também de destacar todo o trabalho desenvolvido nos escalões de formação, o que faz deste clube uma referência local e da ilha.

Nos escalões de formação conta com cerca de 90 crianças e jovens, na sua grande maioria oriundos da freguesia da Ribeirinha, distribuídos por cinco escalões: pré-escolinhas, escolas, infantis, iniciados e juvenis.

O sucesso do Boavista está associado à formação, a qual tem fornecido dezenas de atletas que posteriormente desenvolvem a sua atividade desportiva na equipa principal do clube, bem como em outros clubes, alguns até mesmo com grande sucesso futebolístico.

É de realçar todo o trabalho desenvolvido na formação que, para além de ser um garante da continuidade do clube, é também um louvável serviço prestado à comunidade ao proporcionar condições saudáveis para a ocupação dos tempos livres de muitas crianças e jovens.

De salientar também o trabalho social e cultural desenvolvido por esta coletividade através dos eventos organizados e promovidos na sua Sede Social.

Entre a conquista de títulos de ilha, de torneios e de taças, quer pela sua equipa principal, quer pelos seus escalões de formação, são também de registar algumas das provas que marcaram e marcam a vida do Boavista Club da Ribeirinha.

Pela primeira vez, na época de 1988/1989 conquistou o título de Campeão da II Divisão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo subido então ao escalão de honra.

Na década de 1990, mais precisamente na época de 1994/1995 ganhou todas as provas onde estava inserido, ascendendo assim pela primeira vez à III Divisão Nacional da Série Açores na sua primeira edição.

Na época de 2000/2001 conquistou o título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo novamente subido à III Divisão Nacional da Série Açores, lugar onde se manteve durante duas épocas.

Após ter conquistado o título de Campeão da Ilha Terceira no passado dia 18 de Maio, o Boavista Club da Ribeirinha conquistou o título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, garantindo assim o direito de participar na próxima época desportiva no Campeonato da Liga MEO Açores.

Está de parabéns o Boavista Club da Ribeirinha e todos os ribeirinhenses por mais este título conquistado.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea p) do artigo 56.º do Regimento da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal a aprovação deste Voto de Congratulação ao Boavista Club da Ribeirinha pela conquista do título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, garantindo o direito de ingressar na Liga MEO Açores na próxima época desportiva.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento à Direção do Boavista Club da Ribeirinha, equipa técnica e jogadores.»

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação por mais uma conquista de um título associativo pela equipa do Boavista Club da Ribeirinha. Apesar de ser relativamente jovem, o clube tem seguido um rumo significativo de crescimento, implementação e descoberta de jovens talentos da Ribeirinha inscritos em equipas da ilha Terceira que militam em escalões mais altos dos quadros competitivos onde se inserem.

Infelizmente, associamo-nos a este voto com a sensação de um estranho vazio diretivo por que vai passando o clube numa altura em que conseguiu este feito porque fica em risco de não participar na liga MEO na próxima temporada devido à falta de dirigentes. Votamos a favor este voto e manifestamos a nossa preocupação relativamente a este problema que afeta a coletividade da freguesia da Ribeirinha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor deputado Pedro Ferreira esvaziou a minha intervenção. A bancada do PSD associa-se a este voto com alegria, ficamos felizes pelo que o Boavista da Ribeirinha conseguiu ao longo dos anos e constatamos com alguma tristeza que o clube vive neste momento uma crise diretiva que esperamos ver resolvida tão rápido quanto possível porque a instituição e a freguesia onde está inserida o merecem. Os resultados desportivos justificam que o clube tenha a devida estabilidade e possa competir nas divisões para as quais se qualificou.

Sr. d. m. António Toste: – O grupo municipal do PS apresentou este voto e, como é óbvio, vamos votá-lo favoravelmente. Pelo que sei, há um grupo de trabalho empenhado mas é mais complicado saber quem assumirá a presidência do clube. Amanhã vou ter uma reunião com o clube para saber o que se passa porque a minha vontade e a da freguesia da Ribeirinha é que o clube ande para a frente. Recordo que o voto se deve ao trabalho conseguido, à conquista do título e não à falta de direção

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

4.1 – Recomendação do Partido Social Democrata no sentido de a Assembleia Municipal recomendar ao Governo Regional dos Açores a apresentação da fundamentação técnica, política e social da concentração da frota da SATA em São Miguel. No caso na mesma não existir, o órgão deliberativo recomenda ao Governo Regional, como acionista único da SATA, a realização de um estudo que determine a localização mais adequada das aeronaves (em termos de pernoitas) de modo a melhor servir os interesses e especificidades da Terceira e de todas as 9 ilhas dos Açores.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como todos sabem, este assunto está muito longe de ser novo; está batido e mais que debatido nos mais variados fóruns, todos tomámos conhecimento da situação financeira do grupo SATA divulgada recentemente, sabemos que a componente maior dos prejuízos se deve à SATA Internacional mas há também uma componente relativa à SATA Air Açores.

Nunca foi apresentada qualquer fundamentação técnica que justificasse a retirada do avião que pernoitava permanentemente na base das Lajes. A presença desse avião na Terceira potenciava a centralidade da ilha nas ligações e nos transportes aéreos da região com técnicos diferenciados em permanência que asseguravam a manutenção da aeronave, permitia que os pilotos terceirenses cá pudessem pernoitar e passar mais tempo com as suas famílias e envolvia um conjunto de dinâmicas que, na nossa opinião, poderiam influenciar os custos operacionais da empresa.

Esta proposta traduz a luta do PSD e do CDS-PP e gostaríamos que, em nome do tal lema «Angra mais forte, uma ilha com futuro», fosse possível obter um consenso e uma posição de força do maior concelho da ilha Terceira no que diz respeito às questões do serviço público de transportes aéreos da região e às políticas e decisões gestórias da SATA no que à ilha Terceira diz respeito.

Este é um pequeno passo, outros poderiam ser tomados mas continuamos a defender a pernoita do avião da SATA na Terceira ou exigimos que nos apresentem os documentos e estudos que justifiquem a concentração de toda a frota numa só ilha, sabendo que esta é uma região com dispersão geográfica sujeita a intempéries e catástrofes naturais com um aeroporto sujeito a um qualquer acidente aéreo, o que implica a imobilização de toda uma frota.

Achamos que é requerido um estudo económico, financeiro, operacional e bom senso e apelo ao consenso de todos nesta assembleia no sentido da aprovação desta proposta.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Só com um eficaz sistema de transportes aéreos, fundamental para melhorar as acessibilidades inter-ilhas e destas com o exterior, quer de passageiros quer de carga, se atingirá um desenvolvimento equilibrado da região e se poderão minimizar desigualdades de tratamento entre açorianos consoante a sua ilha de origem.

No início deste milénio, a SATA e o seu acionista Governo Regional, decidiram proceder a uma renovação da frota destinada às ligações aéreas de serviço público inter-ilhas. Perante várias possibilidades, a empresa transportadora decidiu substituir as aeronaves britânicas que tinha ao seu serviço, por frotas canadianas.

Com o processo de renovação da frota, que se pensava não ser mais do que isso, assistiu-se simultaneamente e perante a manifestação de indignação de vários quadrantes da sociedade terceirense em particular, a um processo de centralização e concentração de toda a frota inter-ilhas da companhia aérea numa extremidade do arquipélago dos Açores, mormente no aeroporto João Paulo II em Ponta Delgada.

Assistimos infelizmente à prática açoriana daquilo que o partido do poder nos Açores mais critica na prática política nacional, ou seja, a promoção ativa de uma política centralista.

Os pressupostos então aduzidos pela maioria socialista e pela própria administração do grupo SATA, inclusive até pelo acionista Governo Regional, verificam-se hoje completamente gorados e assentes em premissas que já se confirmaram erradas para além de todos os prejuízos económicos e sociais que acarretaram e acarretam.

A centralização de toda a frota da SATA Air Açores em 2009/2010 na ilha de S. Miguel foi uma medida de carácter meramente economicista que veio agravar custos de operação, reduzir mão-de-obra altamente qualificada na ilha Terceira, desprezar infraestruturas que deveriam e poderiam ter sido valorizadas no âmbito da renovação da frota mas, acima de tudo, piorou a prestação do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas a que a SATA está obrigada a prestar também aos terceirenses. Este tipo de políticas não dignifica a região nem o nosso regime político-administrativo.

A manutenção de, pelo menos, um avião da frota da SATA Air Açores com base operacional na ilha Terceira permitiria, como o tempo já o demonstrou, beneficiar os Açores e os açorianos, melhorando significativamente as ligações aéreas inter-ilhas e as rotações com destino ao exterior da região, fortalecendo a mobilidade e as acessibilidades dos açorianos residentes nas ilhas dos grupos central e ocidental dos Açores.

Uma base operacional da SATA na aerogare do aeroporto internacional das Lajes com pelo menos um avião da sua frota em permanência estacionado permitiria maior rentabilidade e operacionalidade das aeronaves, maior segurança, maior fiabilidade, melhoria das acessibilidades e, por ventura, uma redução do preço das tarifas aéreas.

Há agora que salientar a concentração em Ponta Delgada de toda a frota da SATA Air Açores, com o fim recente da base operacional da companhia no Funchal, estando um DASH Q200 praticamente apenas apeado no aeroporto de Ponta Delgada.

Não obstante o esforço de modernização da estrutura aeroportuária regional, as condições climáticas, sobretudo no inverno, continuam a condicionar a operacionalidade de algumas infraestruturas aeroportuárias nos Açores.

Uma região arquipelágica como a nossa, suscetível a condicionalismos frequentes de ordem tectónica ou intempéries, carece de um sistema de transportes que não se coaduna com a filosofia centralista e economicista de que enferma a decisão de concentração da frota da SATA Air Açores numa só ilha do arquipélago.

Esta proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD surge na sequência de uma reivindicação antiga também do CDS-PP e que, aliás, foi recentemente levada por mim a uma reunião do Conselho de Ilha, estando em fase de revisão um texto que possa sair como posição consensual daquele Conselho, no sentido de manifestar a posição da ilha Terceira às entidades competentes, nomeadamente ao conselho de administração da SATA, relativamente aos problemas de que enferma esta decisão política e administrativa tomada em 2009/2010.

O PSD propõe que o Governo Regional faculte dados que justifiquem as vantagens que poderão ter sido atingidas e o CDS-PP votará a favor desta proposta.

Sra. d. m. Marília Vargas: – O grupo municipal do PS também está preocupado com esta situação; queremos conhecer as respostas e a fundamentação e saber se a estadia da aeronave no nosso aeroporto vai melhorar as tarifas e os horários.

Este tema foi falado na última reunião do Conselho de Ilha. O senhor deputado Pedro Ferreira apresentou uma proposta e ficou decidido que o Conselho tentaria reunir com os administradores da SATA para perceber as razões destas tarifas e horários. Por todas estas razões vamos votar a favor.

*Não se tendo registado mais intervenções e após votação, a **Recomendação constante do Ponto 4.1 foi aprovada por maioria com 33 votos a favor, (19 do PS, 10 do PSD e 4 do CDS-PP) e 1 abstenção do PS.***

Sr. presidente da Mesa (para uma declaração e voto): – Não é hábito fazer declaração de voto mas penso que tenho direito regimental. Concordo, não só com a pernoita de um avião da SATA aqui, como sou da opinião de que, dada a centralidade da ilha relativamente ao arquipélago, toda a frota da SATA regional deveria estar sediada na ilha Terceira e quero que este voto fique registado.

(Aplausos.)

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

5.1 – Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que:

- Não encerre nem proponha ao Governo Regional dos Açores o encerramento de nenhuma escola do primeiro ciclo do ensino básico das freguesias do Concelho no ano letivo 2014/2015;

- Se manifeste contra a intenção de reestruturação do parque escolar de Angra do Heroísmo, nomeadamente através da transferência de alunos do terceiro ciclo da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo para a Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Porque já fiz uma chamada de atenção a uma iniciativa da Câmara, esta proposta do CDS-PP contém também 2 ou 3 gralhas ortográficas devido a uma pequena confusão da nossa parte que houve com a última reunião da conferência de líderes e agradeço a latitude dada pela Mesa no sentido de ser prolongado o prazo para a apresentação desta iniciativa.

Com esta proposta pretendem-se duas coisas relacionadas com a área da educação. Temos conhecimento da preocupação de pais e encarregados de educação de, pelo menos 3 freguesias, relativamente ao encerramento de escolas do 1º ciclo do ensino básico no próximo ano letivo.

Como as câmaras têm uma palavra mais forte sobre o 1º ciclo, entendemos recomendar que a Câmara Municipal de Angra não encerre nem proponha o encerramento de qualquer escola do 1º ciclo do ensino básico nas freguesias do concelho de Angra no próximo ano letivo porque é uma questão de princípio e de entendimento do CDS-PP que não se deve desenraizar as crianças dos seus meios para as concentrar em mega agrupamentos escolares.

O segundo ponto desta recomendação tem a ver com uma espécie de cisma que o atual Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura manifesta desde o final do ano passado porque parece que as EBI's da Terceira o incomodam.

A EBI de Angra do Heroísmo foi intervencionada ao longo dos últimos anos com o objetivo de se apetrechar tecnologicamente, garantir condições de segurança e funcionalidade a alunos e professores e o último investimento que lá foi feito superou os 2,5 milhões de euros.

Os pais estão satisfeitos com os serviços prestados e há declarações da associação de pais e encarregados de educação a manifestarem este agrado pela forma como os seus filhos são educados e ensinados naquela escola.

Dadas as vantagens comparativas da EBI, pelo facto de o investimento ter que ser rentabilizado, por não haver nada que prove a teoria do atual Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura de que os alunos mais novos junto dos mais velhos ficam com horizontes mais alargados e nada justificar os efeitos pedagógicos e vantajosos desta iniciativa, entendemos que a Câmara Municipal se deve manifestar contra a intenção da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura.

A atividade política deve percorrer os caminhos do diálogo, do consenso e, principalmente, da satisfação das necessidades das populações e a prática política que está a ser seguida pelo atual Secretário vai contra a vontade da própria comunidade educativa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O PSD vai associar-se a esta proposta do CDS-PP, porque temos defendido exatamente os mesmos princípios que aqui foram apresentados. Compreendemos que, a dada altura, nalguns países, houve a prática da concentração de alunos em mega agrupamentos escolares, prática essa que está a ser revertida ou abandonada.

No norte da Europa já estão a ser reconhecidos os erros dessas mega escolas e está-se a voltar ao princípio das escolas mais pequenas, do ensino mais personalizado por parte dos professores e das turmas mais reduzidas em escolas de proximidade das comunidades.

Achamos que não é um bom princípio que, alunos mais jovens que deveriam ser mantidos nas EBI's, sejam colocados precocemente nas escolas secundárias juntos de alunos mais velhos com outro tipo de comportamentos e emancipação.

Todo este processo que tem vindo a ser posto em prática pelo Governo Regional denota uma grotesca falta de planeamento. Até há bem pouco tempo foram realizados investimentos avultadíssimos em inúmeros edifícios escolares para depois se inverterm as decisões tomadas, fazer tábua rasa desses investimentos e colocar os alunos noutra sítio. É com naturalidade que o PSD se associa e votará favoravelmente esta recomendação do CDS-PP.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Por vezes as mudanças não são bem compreendidas e recebidas. Pedagogicamente não é apenas uma questão de idade. Até ao 2º ciclo, faz sentido que os alunos estejam próximos e faz sentido que os do 3º ciclo estejam próximos do secundário.

Entre o 9º e o 10º ano há um *gap* muito grande entre as competências, os conhecimentos e os conteúdos que vão ser lecionados a seguir e faz sentido que os alunos possam fazer essa transição de uma forma mais suave; entretanto, algumas coisas se alteraram, como a escolaridade obrigatória, que passou para os 18 anos.

Uma das críticas que ouvimos claramente em relação às mega-escolas está relacionada com a aproximação de crianças do pré-escolar com crianças do secundário e o que está a ser discutido aqui é a retirada do 3º ciclo da EBI de Angra; isso vai acontecer na Praia da Vitória em que a escola Francisco Ornelas perderá o 3º ciclo para a escola Vitorino Nemésio que está contente por receber os alunos, ao contrário da escola Francisco Ornelas que os vai perder.

Numa questão teórico-prática de competências e de educação faz mais sentido que uma EBI termine o 2º ciclo e se junte um 3º ciclo ao secundário. O grupo municipal do Partido Socialista votará contra esta proposta.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que não pode passar em claro o facto de se ter praticado uma política educativa errante ao longo dos últimos anos. Ora se constrói, ora se retiram os alunos, ora se fecham as escolas; isso começou por acontecer com as escolas do ensino básico e está a acontecer agora com as EBI's. Tem que se perceber de uma vez por todas o que se pretende com a educação nesta região e o que se deve fazer com os dinheiros públicos.

Com o mesmo ministro da educação, os Açores apresentam os piores resultados escolares do país e, se calhar, temos infraestruturas escolares de melhor qualidade onde foram gastos muitos mais milhões de euros do que noutros sítios, apesar de ter havido no continente uma coisa chamara «Parque Escolar» que também foi uma festa.

Independentemente das convicções e do sentido de voto de cada um, todos devíamos refletir se a concentração de alunos em mega agrupamentos é benéfica e se estamos a obter os resultados pretendidos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Foi exatamente à conta de tentar evitar mais justificações estapafúrdias como as que acabámos de ouvir, que apresentámos na última reunião da Assembleia Municipal uma proposta de planeamento e volto a fazer a mesma pergunta: Os senhores estão satisfeitos com a gestão dos dinheiros públicos na área da educação?

Fez-se uma escola nova na Feteira, fechou-se para meter os meninos em S. Sebastião. Fez-se uma escola no Porto Judeu, não se fechou porque... enfim, enfim, enfim. Fazemos um investimento de milhões na EBI da Praia da Vitória, vamos retirar os meninos, vamos passá-los para ali, ficamos com aquilo vazio ou vamos buscá-los a umas escolas primárias para metê-los lá num cantinho com as escadas, as pontes e os túneis.

Fizemos investimentos de milhões na EBI de Angra do Heroísmo, apetrechámos a escola, a comunidade educativa e os pais estão satisfeitos, os alunos obtêm bons resultados e a gente pega nos meninos e mete-os lá para baixo porque os grandes lhes ensinam. Com o devido respeito, ensinam-lhes o quê? Os do 10º ano fazem diferença para os do 9º, já não se nota a décalage porquê? Porque vão todos para o pé da árvore murcha que está ali em frente?

Rentabilizem-se os investimentos! Para que é que se andou a gastar dinheiro todos estes anos? Para se andar agora a movimentar os alunos de um lado para o outro? Fez-se uma escola nova no Pico da Urze, agora diz-se que vai fechar para mandar tudo para a escola Tomás de Borba que já não tem meninos na parte do 1º ciclo. Fez-se uma escola nos Altares para se evitar que os meninos fossem para os Biscoitos, agora a escola está vazia, vai-se fechar a do Raminho para colocar os meninos nos Altares e andamos aqui a brincar com isso!

Entendemos que deve ser feita uma rentabilização dos investimentos porque os resultados da EBI de Angra até são bons; a escola está devidamente apetrechada e a comunidade educativa está satisfeita. Vamos contra essa gente porquê? Não se trata do facto de a mudança gerar desconfiança à partida, senhor deputado Rogério; é uma questão de as coisas não fazerem sentido ao senso comum.

Pata terminar, pergunto ao Partido Socialista e ao senhor presidente da Câmara Municipal de Angra se têm alguma intenção de fechar alguma escola do 1º ciclo do ensino básico no próximo ano letivo no concelho de Angra do Heroísmo. Se sim, qual ou quais?

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A questão dos ciclos tem sofrido grandes oscilações desde os últimos governos do PSD até aos governos do PS e lembro-me que o senhor ministro Justino voltou a integrar o 3º ciclo no ensino secundário.

Não sei se se lembram mas, no nosso tempo de alunos, o 3º, 4º e 5º anos do liceu estavam juntos ao ensino secundário e ainda hoje, na atual nomenclatura oficial, embora se diga, «3º ciclo do ensino básico», ele está encaixado junto do secundário.

Quantos alunos do 3º ciclo têm aulas nos edifícios do antigo ciclo preparatório? No caso da minha disciplina que é história, está lá o meu colega Gabriel Pavão sozinho a dar umas aulinhas a 2 ou 3 turmas. O ciclo preparatório recebeu alunos do 3º ciclo por uma questão de logística transitória; não foi por uma questão de definição radical, taxativa e sem limite de tempo. Por uma questão de sobrelotação das escolas, entendeu-se que o ciclo aliviaria a secundária enquanto não se fizesse a escola Tomás de Borba.

Têm razão, aqueles que dizem que a política construtiva na área da educação na região tem andado um bocado errática; estamos a construir a mais e o tempo vai dar-nos razão porque a escola de S. Sebastião não era precisa.

Isto fica gravado em ata. Eu, Manuel Conde, antigo diretor regional da educação, digo que a escola de S. Sebastião não era precisa e o tempo vai demonstrar isso.

Nesta questão particular, julgo que estamos a levantar pó porque, necessariamente, o 3º ciclo tem que ficar junto de um estabelecimento de ensino secundário. O 3º ciclo que temos no Ciclo Preparatório de Angra é residual, por isso percebo em parte a decisão do Secretário. Quem está por fora e não conhece estas nuances de organização do sistema educativo pode pensar que isto é um capricho mas faz parte de uma filosofia integrativa de ciclos.

A questão de fundo que o meu partido coloca, essa sim, é de grande peso porque andámos a desvairar um bocado nas construções escolares e mais tarde alguém nos há de puxar as orelhas e perguntará o que andámos a fazer.

O 3º ciclo do ensino básico na escola preparatória é residual e houve, realmente, um erro de apreciação na construção; avançou-se para laboratórios que são para o 3º ciclo e não, para o 2º e aqui sim, houve política errática. Talvez devesse ter sido seguida a prática de colocar os alunos do 3º ciclo de forma transitória no ciclo preparatório, não se deviam ter construído estruturas e equipamentos para depois ficarem vazios e agora se tenha que manter lá 2 ou 3 turmas para se justificar os milhões que foram investidos; a isto chama-se falta de planeamento e todos temos culpas no cartório, cada um com as suas responsabilidades em diferentes décadas.

Mais tarde ou mais cedo, far-se-á a história do ensino na região e os responsáveis hão de ser chamados ao tribunal da história.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Tudo isto tem a ver com sucesso educativo, decisões e gastos anormais que saem dos bolsos de todos nós, porque, sempre que há mudanças, há desmotivações dos alunos, dos docentes e de toda a comunidade escolar e sem motivação não há sucesso.

O senhor presidente da Câmara sabe muito bem que o insucesso escolar cresce do 1º para o 3º ciclo e o insucesso nas EBI's é menor do que nas escolas secundárias. Temos que saber o que queremos e devemos valorizar as infraestruturas de que dispomos porque há uma enorme falta de estratégia no que respeita aos equipamentos escolares.

Tem havido desastinos e tragédias no continente que nada têm a ver com os Açores porque, felizmente, a educação é autónoma e devemos copiar o que há de bom no sentido da obtenção de maior sucesso escolar. Temos que verificar se as mudanças conduzem ao sucesso educativo e melhoram as competências dos nossos alunos.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Se pretendemos ser sérios a respeito da educação temos que pensar em muitas outras coisas além das infraestruturas. Como docente que fui, as competências que referiu o senhor deputado Félix Rodrigues também me fazem imensa confusão.

Vivemos numa região que foi *avant-garde* no que respeita à legislação educativa em relação ao continente, que depois nos copiou, mas temos grandes dificuldades em compreender este discurso das competências.

Não faz sentido que os nossos alunos continuem a receber pontos por pontualidade, por não conversarem durante as aulas e por fazerem os trabalhos de casa; trata-se de uma deficiente apropriação do conceito da competência.

Existe o que chamamos de AVC's, uma sigla infeliz mas que significa: «Atitudes, Valores e Competências» que são dados nas escolas. O aluno tem que se portar bem e não deve receber uma pontuação por fazer o trabalho de casa; deve é receber uma penalização por não o fazer. 15% da nota está garantido pelas competências, o que é uma má apropriação portuguesa.

Quando o senhor presidente da Câmara foi Secretário Regional da Educação, foi colocada a questão dos 10% de insucesso em que, se um docente apresentar 10% de insucesso na turma, tem que o justificar.

Digo com tristeza que a maior parte dos meus colegas deixava passar, mantendo o insucesso das turmas abaixo dos 10%, para não terem que os justificar. Como professor contratado que sou, fico com os alunos que ninguém quer e com as direções de turmas mais complicadas, que é o que acontece com os contratados, e temos que apresentar carradas de justificações de insucessos acima dos 10%.

É preferível que voltemos para onde nunca deveríamos ter saído. Por uma questão prática, peguemos no 3º ciclo e coloquemo-lo no secundário. Se é para discutir educação, devemos discutir estes assuntos que são tão ou mais importantes para o sucesso escolar do que a questão dos equipamentos porque, muitas vezes com uma lousa de ardósia, conseguia-se obter os mesmos conteúdos.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – No que respeita a esta matéria, eu e o meu colega Manuel Conde estamos em bancadas trocadas. Sou professor da EBI desde 1993 e já assisti à entrada, saída, reentrada e, pelos vistos, agora de novo à saída do 3º ciclo que o professor Manuel Conde disse ser residual; são 9 turmas, 280 alunos, com certeza teria capacidade para mais e não gostaríamos de os perder.

A escola tem uma gestão muito equilibrada dos seus espaços e uma dinâmica que nunca teve sem o congestionamento do passado porque chegou a ter 1 500 alunos e atualmente tem pouco mais de 700. Essa dinâmica deve-se inegavelmente à presença do 3º ciclo ao nível das atividades extra curriculares, dos planos anuais de atividades, da articulação entre docentes do 2º e 3º ciclos e, acima de tudo, (e agora falo ao contrário), com a amizade que os miúdos do 2º ciclo fazem com os do 3º, arrastados pela suas atividades.

Trabalhando naquela escola há 21 anos e tendo outras responsabilidades ao nível de coordenação de departamento e organização de atividades extra curriculares, ficaria muito mal com a minha consciência se votasse contra esta proposta, por isso vou abster-me.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – É só para registar que, por esquecimento ou por manifesta vontade, não foi dada qualquer resposta à única pergunta que coloquei. O Partido Socialista e a Câmara Municipal pretendem encerrar no próximo ano letivo, escolas do 1º ciclo do ensino básico no concelho de Angra do Heroísmo? Se sim, quais? Fica registado que não houve resposta.

Sr. presidente da Câmara: – Tinha-me inscrito mas retirei a inscrição porque me pareceu que já não havia grande interesse nisso. Gostaria de participar no debate mas não, a esta hora e nesta condição.

Foram aqui ditas muitas coisas, concordo com algumas mas discordo de muitas outras e não conheço nenhuma mega escola nos Açores. Há aqui uma apropriação desajustada de linguagem porque as escolas desse tipo são do tempo em que o liceu tinha 4 000 alunos mas isso é outra história.

O encerramento de escolas e o reajustamento da rede escolar é decidido pela Secretaria de Educação; foi assim quando fui Secretário da Educação e devo respeitar a mesma posição a quem me sucedeu. A minha posição sobre essa matéria é por demais conhecida, não vamos estar aqui com hipocrisias nem jogos florais em torno da matéria porque, o que o senhor Secretário decidir é o que a Câmara de Angra seguirá.

A rede escolar tem que ser estruturada em função das necessidades da sua própria gestão e até ao momento a Secretaria não fez qualquer proposta para o encerramento de nenhuma escola; não chegou à Câmara Municipal qualquer proposta nesse sentido até ao dia de hoje.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 5.1 foi rejeitada** com 21 votos contra do PS, 4 abstenções, (2 do PS e 2 do PSD) e 13 votos a favor, (9 do PSD e 4 do CDS-PP).*

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Será muito rápida a minha declaração de voto para lamentar que, mais uma vez, tenham faltado argumentos convincentes e para registar a coerência dos 2 senhores professores deputados que se abstiveram porque é sempre bonito ver coerência na política.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de passarmos à leitura da minuta quero agradecer a colaboração dos senhores deputados na condução dos trabalhos e agradecer também ao senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo pela ceia ou pequeno-almoço antecipado que teremos a seguir.

Se algum dos senhores deputados necessitar de uma justificação para faltar ao serviço da parte da manhã eu farei chegar a respetiva declaração aos serviços competentes.

Também teremos que reequacionar a realização de reuniões a esta hora e a forma como todos devemos contribuir para a condução dos trabalhos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Queria salientar o ponto que o senhor presidente da Mesa acabou de referir a respeito da realização de reuniões da Assembleia Municipal a esta hora. O objetivo inicial procurava um horário pós laboral que permitisse a presença do público, sobretudo quando as reuniões são descentralizadas e realizadas nas freguesias mais rurais do concelho mas, infelizmente, o público não tem demonstrado interesse em participar, o que também é compreensível porque estas reuniões raramente terminam antes da meia-noite. É natural alguma falta de participação do público, apesar do espaço que lhe está reservado acontecer no início da reunião a horas ditas decentes.

Talvez devamos mudar o modelo de modo a que estas reuniões da Assembleia possam ser mais apelativas ou realizá-las em horário normal, mudando o período de intervenção do público para o final da ordem de trabalhos.

Poderemos discutir estas sugestões em conferência de líderes e deixo a questão à reflexão porque, se o público não comparece, penso que não haverá grande interesse em realizarmos uma reunião descentralizada que termina às 2 horas da manhã, quando podemos reunir no horário normal de funcionamento como fazemos na sede dos Paços do Concelho.

Sr. presidente da Mesa: – Estou perfeitamente de acordo e acrescento que é a primeira vez que terminamos uma reunião às 2 horas da manhã.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Além do protesto da praxe pela falta de cobertura dos nossos trabalhos por parte da comunicação social, em particular do serviço público de rádio e televisão, gostaria também de protestar em nome do grupo municipal do CDS-PP pelo serviço que a SATA Internacional está a prestar aos nossos emigrantes numa altura tão importante para a economia da ilha Terceira e do concelho de Angra do Heroísmo.

O que a SATA está a fazer à nossa diáspora não se faz aos piores inimigos. Fica registado pelo CDS-PP este lamento pela má imagem que se dá dos Açores e pela promoção do afastamento das nossas comunidades emigrantes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas 02H05M do dia 19 de junho de 2014, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz